



**Teoria do Valor  
Uma Revisão do Fundamento a Partir da História do  
Pensamento Económico**

**VERSÃO FINAL APÓS DEFESA**

**Wellington Adriano**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Economia**  
(2º ciclo de estudos ou mestrado integrado)

Orientador: Prof. Dr. Alcino Fernando Ferreira Pinto Couto

**agosto de 2021**



# Agradecimentos

É satisfatório poder concluir uma dissertação depois de tanto empenho e esforço. Espero que o resultado seja proveitoso e interessante. Finalizo com a sensação de que é um trabalho inacabado, mas julgo uma boa iniciação à pesquisa.

Sou privilegiado por ter a oportunidade de realizar este trabalho, residir em outro país, vivenciar outro contexto, contrastar com minha nação. No Brasil é relativamente ínfimo o número de pessoas que tem chance, por diversos motivos, de concluir um mestrado.

Sou privilegiado, ademais, pelas pessoas que me cercam.

Minha esposa Talita, obrigado por todo o carinho, o incentivo, mas, sobretudo, a sua paciência – o processo de pesquisa e exposição da dissertação é trabalhoso e exaustivo, sei o quanto teve que esperar as horas e horas de trabalho, o suporte da pessoa que mais intimamente me conhece foi fundamental; como disseste, mais do que corretamente, em outra oportunidade, a conclusão deste curso é uma conquista nossa.

Pai e mãe se não fosse o apoio financeiro e material, sobretudo todo o amor e carinho afetivo que nunca me faltaram. Mãe, um agradecimento especial pelo seu esforço com o preparo de alimentos e limpeza enquanto estivesse a dissertar em casa.

Ao meu amigo-irmão, Jonathan, uma das pessoas que aguenta e partilha comigo a admiração pela filosofia e pela busca da sabedoria.

Colegas de turma e professores da UBI, em especial ao Davi, por todas as discussões económicas, políticas e filosóficas que tivemos em solo lusitano, e por me mostrar o estoicismo.

Agradeço, finalmente, ao Professor Alcino Pinto Couto, pois conseguiu delimitar, dentro do possível, a minha ânsia por abordar todos os assuntos possíveis.



## Resumo

A interrupção do debate sobre a natureza do valor no pensamento económico causou um efeito letárgico, teórico e político. O presente trabalho contrapõe as teorias do valor-trabalho e valor-subjetivo, de onde se percebe que o conceito de riqueza é tão importante para o conceito de valor quanto este o é para os demais fundamentos da teoria económica. Quando o valor deixou de ser entendido como fonte da riqueza, e passou a ser interpretado como o valor que o consumidor atribui a satisfação de suas necessidades, a consequência teórica lógica foi a equivalência entre preço e valor, pois não se pode avaliar (julgamento qualitativo) sem que os preços (quantitativos) sejam o ponto de referência.

O antagonismo das teses sobre é explicada pela metodologia económica; onde os clássicos partem de um ponto de vista da produção social, enquanto os marginalistas partem do consumo individual.

Ao assumir o valor económico como fonte da riqueza, consegue-se perceber, indiretamente, que valor, no sentido económico, não é igual ao preço, pois a apropriação da produção social tem diferentes formas: rendimento (*income*) e renda (*rent*). Assim, como os economistas clássicos perceberam que as classes hereditárias se apropriavam da produção apenas pela posse da propriedade fundiária, o atual contexto de financiarização da economia global evidencia como o setor financeiro se apropria da criação de valor.

Por fim, embora a criação de valor esteja atrelada ao capital industrial – conforme ambas as teses –, a análise, do ponto de vista sistémico, sugere que o valor económico depende de uma totalidade institucional que cria e preserva as condições de manutenção da riqueza social, da qual ele é a fonte.

## Palavras-chave

Valor; Riqueza; Trabalho; Utilidade; Metodologia; Fundamentos.



# Abstract

The interruption of the debate about the nature of the value in economic thinking caused a lethargic effect, both theoretical and political. The present paper contrast the Labor theory of value and the Subjective-Value Theory, from where it is noticeable that the concept of wealth is as important to the value concept as it is for the other fundamentals of economics theory. When the value was no longer seen as a source of wealth, it started to be interpreted as the assigned value to satisfy the consumers' needs. The consequence to the theoretical logic was the equivalence between price and value, as it is not possible to evaluate that (qualitative judgment) without the prices (quantitative) being a reference.

The antagonism of the thesis is explained by the economic methodology, in which Classical economics starts from the social production point of view, while the marginalist approach focuses on individual consumption.

By assuming the economic value as a source of wealth, it becomes noticeable, indirectly, that value, in the economic sense, it is not equal to price, for the social production appropriation has different ways: income and rent. As the classical economists realized that the heritage classes appropriate themselves of the production just for the possession of land ownership, the current context of the financialization of the global economy evidences how the financial sector appropriates the creation of value. At last, although the creation of value is connected to industrial capital - according to both thesis - From the systemic point of view, the analysis suggests that the economic value relies on the institutional totality that creates and preserves the conditions for the maintenance of social wealth, of which is a source.

At last, although the creation of value is connected to industrial capital - according to both thesis - From the systemic point of view, the analysis suggests that the economic value relies on the institutional totality that creates and preserves the conditions for the maintenance of social wealth, which is a source.

## Keywords

Value; Wealth; Labor; Utility; Methodology; Fundamentals.



# Índice

1. Introdução	1
2. Revisão da Literatura	4
2.1 Teoria do valor-trabalho	4
2.2 Teoria do valor-subjetivo	14
3. O Contraponto	24
4. Metodologia	33
5. Problematização	43
5.1 Crítica a teoria do valor-trabalho	44
5.2 Sobre os demais fundamentos da teoria económica baseados no valor	48
6. Conclusões	55
7. Bibliografia	59



# 1. Introdução

A Grande Depressão deu espaço para que a teoria macroeconómica keynesiana ganhasse relevância na ciência económica. O rompimento do padrão-ouro e a crise nos anos 70 colocaram a respetiva teoria em questionamento.

Na Crise de Crédito de 2008, foi a Rainha Elizabeth II quem questionou a teoria económica; o fenómeno fez sua majestade ir até a renomada *London School of Economics* questionar por que ninguém havia previsto a enorme crise. Obteve como resposta que houve uma “falha no imaginário coletivo de pessoas brilhantes.”<sup>1</sup> Em 2020, sem ter-se recuperado da recessão de 2008, a economia global sofreu um choque ainda mais profundo com a crise sanitária – uma “variável exógena” ao modelo.

A despeito de a teoria *mainstream* não estar em crise – como foi com a teoria keynesiana – desde o *credit crunch* ascende um movimento de resgate da Economia Política e discussão dos respetivos fundamentos; Michael Hudson, Mariana Mazzucato, Mike Carney, Steve Keen, Thomas Piketty são alguns dos exemplos de autores que ganharam relevância internacional.

Neste contexto, a teoria do valor tem pertinência central, visto que os economistas, até o fim do século XIX, fizeram da “teoria do valor a pedra angular de sua estrutura teórica.” (Schumpeter, 1984 [1942], p. 41). Com Alfred Marshall, a teoria do valor-subjetivo, na qual o valor é igual ao preço, adquiriu *status* de verdade científica, isto é, não a verdade, absoluta e irrevogável, mas superior as interpretações anteriores, agora antiquadas. Segundo Schumpeter (1984 [1942]) isto se deu pelo “fato de ser muito mais geral e aplicar-se igualmente bem, por um lado, aos casos de monopólio e concorrência imperfeita e, por outro, à presença de outros fatores e de trabalhos de tipos e qualidades diferentes” (p. 43).

Mas isto, em si, nada teria de nocivo não fosse o estado de estagnação que o debate do valor, e de seus desdobramentos teóricos consequentes, se viu, no escopo da ciência, independente de qualquer fato novo no desenvolvimento histórico-concreto. Esta interrupção causou efeitos teóricos e políticos.

Se “o valor está nos olhos de quem vê”, afirma Mazzucato (2018), banqueiros, agentes imobiliários e casas de aposta podem afirmar que criam valor sem que a teoria económica tenha base para questioná-los. “Quem pode contradizer”, questiona, “Lloyd Blankfein quando ele declara que os funcionários do Goldman Sachs estão entre os mais produtivos do mundo?”<sup>2</sup> (p. 21).

---

<sup>1</sup> Vide artigo do jornal The Guardian intitulado *This is how we let the credit crunch happen, Ma'am....* Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2009/jul/26/monarchy-credit-crunch/>>.

<sup>2</sup> Traduzido livremente de: “*Who can gainsay Lloyd Blankfein when he declares that Goldman Sachs employees are among the most productive in the world?*” (Mazzucato, 2018, p. 21).

Mazzucato salienta como o valor, na aceção fisiocrata e clássica, era o ponto de partida para discussões sobre a distribuição de rendimentos entre as classes, quais eram as atividades produtivas e como mantê-las reproduzindo valores, etc.; e, posteriormente, a falta desta discussão permitiu a legitimação de *qualquer* atividade económica como produtiva, por ser o valor atribuído, de forma automática, ao preço de mercado.

Além disso, ela afirma que a falta de uma explicação científica sobre o valor torna o direcionamento das políticas económicas (capazes, em tese, de aumentar a riqueza), influenciados apenas pelas correlações de forças políticas e seus interesses subjacentes.

A própria contabilidade social foi modificada para, em vez de tratar os juros e as taxas como uma transferência de pagamentos, isto é, como custos, tratá-los como produto, ou seja, como rendimento. Os lucros líquidos das instituições financeiras, por exemplo, são contabilizados neste sentido (Hudson, 2019; Mazzucato, 2018). “A rejeição do foco da teoria clássica do valor na renda económica – o excesso do preço de mercado sobre o custo intrínseco do trabalho – fundamenta o conceito pós-clássico de PIB.”<sup>3</sup>

Carney (2021), por outro lado, aborda uma conceção mais *lata* do valor – que ultrapassa o escopo do valor económico, para refletir como os valores (*values*) morais da sociedade foram substituídos pelo valor (*value*) financeiro do mercado: “por que a *Amazon* é avaliada como uma das mais valiosas empresas pelos mercados financeiros”, indaga, “mas o valor da vasta região geográfica da floresta amazónica (*Amazon rainforest*, em inglês) não aparece em nenhum livro contábil até que seja devastada e transformada em fazenda?”<sup>4</sup> (Carney, 2021, p. 21).

Este questionamento, a despeito de sua significância, não deve ser estranho ao economista – como ficará claro nesta discussão. Esta investigação – aproximando-se de Mazzucato – pretende salientar os problemas teóricos para a ciência económica ao definir o conceito de valor como equivalente ao preço – o que, por ser o núcleo da abordagem, suscita a necessidade de se repensar os fundamentos da economia.

O valor será colocado em perspetiva, isto é, submetido a um exame amplificado, visualizado sob diversos aspetos. Por abordar o tema por diversos ângulos, perde-se a profundidade, que se obteria numa análise focalizada; no entanto, isto é necessário para cumprir este objetivo.

Como ponto de partida, realizar-se-á a revisão da literatura dos principais expoentes das teorias do valor mais difusas no pensamento económico: teoria do valor-trabalho e

---

<sup>3</sup> Tradução livre de: “*Rejection of classical value theory’s focus on economic rent—the excess of market price over intrinsic labor cost—underlies the post-classical concept of GDP.*” (Hudson, 2019, p. 175).

<sup>4</sup> Tradução livre de: “*Why is Amazon rated as one of the world’s most valuable companies by financial markets, but the value of the vast geographical region of the Amazon rainforest appears on no ledger until it is stripped of its foliage and converted into farmland?*” (Carney, 2021, p. 21).

teoria do valor-subjetivo. A literatura é composta por: *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas* (1776)<sup>5</sup>, de Adam Smith (1723-1790), *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), de David Ricardo (1772-1823), *O Capital: Crítica da Economia Política* (1867), de Karl Marx (1818-1883), *Teoria da Economia Política* (1871), de William Stanley Jevons (1835-1882), *Princípios de Economia Política* (1871), de Carl Menger (1840-1921) e, por fim, *Princípios de Economia* (1890), de Alfred Marshall (1842-1924).

Estes seis são os livros de base da pesquisa. A revisão será realizada na próxima secção, expondo, separado pelas suas respectivas teses, o conteúdo destas obras que se julga relevante. Optou-se por manter fidedignamente, respeitando as particularidades e críticas de cada autor, o pensamento e as teses de cada uma das teorias para que o leitor consiga percorrer os caminhos de acordo com a abstração feita por eles. As diversas e recorrentes citações literárias, durante todo o corpo do texto, tem o intuito de corroborar isto, além de tentar, da melhor forma possível, manter o sentido conferido pelos autores nos seus respectivos contextos.

Feito isto, o trabalho disporá de seu ponto de referência teórico para que se inicie, em secção própria, um contraponto entre as teorias do valor, demonstrando suas principais divergências, de onde se faz a crítica ao valor-subjetivo e se percebe que o tema é iluminado por ângulo distintos, que suscitam interpretações substancialmente antagônicas. Ao compreender que estes ângulos têm por detrás concepções metodológicas, a secção quatro debruçar-se-á sobre o método de investigação em Economia, não se restringindo apenas aos autores, estabelecendo diretrizes metodológicas para avançar à problematização final, onde se faz a crítica a teoria do valor-trabalho e retoma-se o debate sobre os fundamentos da economia relacionados teoricamente ao valor, submetendo-os ao atual contexto de financiarização da economia.

Este trabalho não tem a pretensão de sugerir uma nova abordagem explicativa do valor, mas – a partir dos resultados da discussão –, nas conclusões, se faz uma sugestão ao adicionar os elementos histórico-institucionais a abordagem – que podem servir de suporte a novas reflexões.

---

<sup>5</sup> O ano das obras referenciado refere-se à data da primeira publicação.

## 2. Revisão da Literatura

### 2.1 Teoria do valor-trabalho

Segundo Smith (1996 [1776]) “é a grande multiplicação das produções de todos os diversos officios – multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho – que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela *riqueza universal* que se estende até as camadas mais baixas do povo.” (p. 70, sublinhado nosso). O princípio que suscita a divisão do trabalho, fonte da “riqueza universal”, está atrelado à natureza humana: é a “propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” – propensão, esta, “uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar.” (p. 73).

Esta tendência a negociação, permuta ou compra que leva os seres humanos a trocar, a instituírem o mercado de trocas, onde a espécie pode “cooperar” – dado ser o homem um “ser social” – sem que se necessite “esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia<sup>6</sup>.” (p. 74). A difusão de uma cadeia de distintas profissões por detrás do mais simples objeto é a expressão última desta cooperação humana regulada pela troca (pp. 70-71); dessa forma, visto que, essencialmente, “é o *poder de troca* que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela *extensão* desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do *mercado*.” (p. 77, sublinhados nossos).

Esta breve síntese dos primeiros capítulos da obra de Smith – a despeito da relação causal que engendra a instituição social do mercado ser, para ele, oriunda de uma faculdade humana natural<sup>7</sup> – é importante para destacar a principal herança legada pelos fisiocratas à Economia Política Clássica, a saber: “só se pagam as produções com as produções.” (Le Trosne, 1846, p. 899 como referido em Marx, 2017 [1890], p. 194). Ora, as “produções” são um resultado da incidência do *trabalho* humano, mais precisamente suas faculdades físicas e mentais, sobre a *matéria*<sup>8</sup> (os quais formam, em conjunto com os *meios* de produzir, os “fatores do processo de trabalho”); “uma vez que o comércio nada mais é que a permuta de um trabalho por outro, é o trabalho a medida mais adequada para mensurar o valor de todas as coisas.” (B. Franklin, 1836, vol. II, p. 267 como referido em Marx, 2017 [1890], p. 73).<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu *próprio interesse*” (*self-interest*). (Smith, 1996 [1776], p. 74, sublinhado nosso).

<sup>7</sup> Para Marx (2017 [1890], p. 112) o desenvolvimento da troca na sociedade não está relacionado à natureza humana; produto da evolução histórico-concreta, “a troca de mercadorias começa nas fronteiras da comunidade primitiva, nos seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Mas, virando os produtos mercadorias na vida externa da comunidade, por contágio, também se tornam mercadorias dentro dela.”

<sup>8</sup> “O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria.” (Marx, 2017 [1890], p. 65).

<sup>9</sup> “O valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual a quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condição de comprar ou comandar.” Por conseguinte, “o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias.” (Smith, 1996 [1776], p. 87).

Como os *produtos do trabalho* – as coisas tangíveis levadas à esfera da troca ou circulação – são atômicamente multiplicados pela *divisão do trabalho*, a *fonte* daquela “riqueza universal” referida por Smith é o próprio trabalho<sup>10</sup>.

O trabalho, afirma Ricardo (1996 [1821]), “é realmente o fundamento do valor de troca de todas as coisas, à exceção”, objetiva, “daquelas que não podem ser multiplicadas pela atividade humana.” (p. 25). Assim, o autor considera que, parcialmente, exista outra fonte sobre qual pode derivar o valor de troca: a escassez<sup>11</sup>; pode ser observada nos artigos de *luxo*, tais como tipos de vinhos, quadros, estátuas, etc., que existem em quantias limitadas ou *exclusivas*. Mas estas mercadorias, ressalta, logo em seguida, “são uma parte muito pequena da massa de artigos diariamente trocadas no mercado. Sem dúvida a maioria dos bens que são demandados é produzida pelo trabalho.” (p. 24). Assim, embora se concentre no trabalho, Ricardo distingue as *fontes* que originam o valor de troca<sup>12</sup>.

Dito isso, já se possui o contexto necessário para evocar o famigerado paradoxo do valor entre a água e o diamante. Conforme Smith (1996 [1776], pp. 85-86) o poder de comprar do diamante, seu *valor relativo* ou *valor de troca*, é substancialmente superior ao da água – que tem um enorme *valor de uso* – delimitando sua *distinção* entre o valor de uso e o valor de troca.

Ora, “um objeto útil só pode se tornar valor de troca depois de existir como *não valor de uso*” (Marx, 2017 [1890], p. 112, sublinhados nossos); o valor de troca pode, neste sentido, ser entendido como *valor de uso social*<sup>13</sup>. Nesta circunstância de troca *simples* ou *direta*, todavia, a circulação é, ainda, estabelecida a partir do produto do trabalho individual excedente, de onde as quantias desse trabalho – casualmente ajustados – são tomadas como referência para medir a equivalência entre os diferentes produtos<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> “Assim como é certo que as nossas faculdades físicas e morais constituem nossas únicas riquezas originais, a utilização dessas faculdades, que é uma espécie de *trabalho*, é nosso único tesouro original e é *sempre graças à sua utilização que são criadas todas as coisas que denominamos riqueza*, tanto as que são necessárias como aquelas que são simplesmente agradáveis. É certo também que todas essas *coisas somente representam o trabalho que as criou*, e, se possuem um valor ou mesmo dois valores distintos, estes unicamente podem derivar do *valor do trabalho* do qual emanam.” (Destutt de Tracy, 1804, p. 99 como referido em Ricardo, 1996 [1821], p. 207, sublinhados nossos).

<sup>11</sup> “Possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las. Algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta.” (Ricardo, 1996 [1821], p. 24).

<sup>12</sup> Todavia, nem Smith, nem Marx consideram a escassez relevante na discussão do valor – esta é uma peculiaridade da teoria ricardiana; ao menos não a ponto de considerá-la como fonte de valor. Marx, por outro lado, afirma que “o trabalho não é (...) a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra.” (2017 [1890], p. 65). Mas, note-se, ele está referindo-se aos *valores de uso* e não ao *valor de troca*. Esta distinção é fundamental, como evidenciar-se-á.

<sup>13</sup> “Pois é duplo o uso de cada coisa. Um é próprio à coisa como tal, o outro não, como uma sandália, que serve para calçar e pode ser trocada por outro objeto. Ambos são valores de uso da sandália, pois quem a permuta pelo que lhe falta, por exemplo, alimento, utiliza a sandália como sandália. Mas não em seu modo natural de uso. Pois a finalidade da sua existência não é a permuta.” (Aristóteles, De Republica, Livro I, Cap. 9 como referido em Marx 2017 [1890], p. 110).

<sup>14</sup> “Nas etapas primitivas da sociedade, o valor de troca de tais mercadorias, ou a regra que determina que quantidade de uma deve ser dada em troca de outra, depende quase exclusivamente da quantidade comparativa de trabalho empregada a cada uma.” (Ricardo, 1996 [1821], p. 24).

Entretanto, numa sociedade onde as necessidades humanas, desde as mais elementares, são satisfeitas pelo produto do trabalho de muitos – onde a divisão do trabalho está plenamente estabelecida, portanto –, a própria subsistência depende da troca, de tal maneira que todos são, de certa forma, *comerciantes*; “assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina *sociedade comercial*. ” (Smith, 1996 [1776], p. 81, sublinhados nossos)<sup>15</sup>.

É no seio desta sociedade comercial que os produtos do trabalho passam, intencionalmente, a ser fabricados à troca; com isso “consolida-se a *dissociação* entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e das coisas destinadas à troca. Seu valor de uso *dissocia-se* do seu valor de troca. ” (Marx, 2017 [1890], pp. 112-113, sublinhados nossos). “A utilidade, portanto, não é a *medida* do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial. Se um bem não fosse de um certo modo útil (...) seria destituído de valor de troca. ” (Ricardo, 1996 [1821], pp. 23-24, sublinhados nossos).

Evidenciando, noutros termos, esta distinção, a utilidade (ou valor de uso) se realiza na esfera do consumo, isto é, na relação *qualitativa* entre a coisa útil e a *persona* que consome<sup>16</sup>; “o valor de troca”, por outro lado, “revela-se, de início, na relação *quantitativa* entre valores de uso de espécies diferentes. ” (Marx, 2017 [1890], p. 58, sublinhado nosso). O trabalho é o elemento constitutivo das coisas que se relacionam qualitativamente, no consumo, e quantitativamente, na troca. Sua grandeza, nas trocas diretas, é mensurada pela quantidade de trabalho, resta saber como o é na sociedade capitalista.

Ricardo (1996 [1821], p. 25) critica as considerações de Smith sobre a *medida-padrão* do valor, pois, segundo ele, seu predecessor “se refere algumas vezes ao trigo, outras ao trabalho; não a quantidade de trabalho empregado na produção de cada objeto, mas à quantidade que este pode comprar no mercado<sup>17</sup>. ” Ora, “se a remuneração do trabalhador” – a qual irá definir a quantidade do poder de comprar dele – “fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria seriam iguais e qualquer delas poderia medir com precisão a variação de outras coisas. Mas não são iguais. ”

---

<sup>15</sup> Nesta brilhante inferência, Smith estava renunciando, do ponto de vista do historiador, que a maior parte das atividades humanas seriam orientadas pelo *horário* de funcionamento do *comércio*, como demonstra, claramente, a experiência posterior.

<sup>16</sup> “Cada coisa útil, como ferro, papel, etc., pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade. Cada um desses objetos é um conjunto de muitas propriedades e pode ser útil de diferentes modos. Constituem fatos históricos a descoberta dos diferentes modos, das diversas maneiras de usar as coisas, e a invenção das medidas, socialmente aceitas, para quantificar as coisas úteis. A variedade dos padrões de medida das mercadorias decorre da natureza diversa dos objetos a medir e também da convenção. ” (Marx, 2017 [1890], p. 57).

<sup>17</sup> “Uma mercadoria cujo valor muda constantemente jamais pode ser uma medida exata do valor de outras mercadorias (...) somente o trabalho, pelo fato de nunca variar em seu valor, constitui o padrão último e real com base no qual se pode sempre e em toda parte *estimar e comprar o valor de todas as mercadorias*. ” (Smith, 1996 [1776], pp. 89-90, sublinhado nosso).

Aqui também é lugar apropriado para fazer a correção de um aspeto da passagem de Destutt de Tracy, referida por Ricardo acima (ver nota de rodapé 13), a qual considera que o valor das mercadorias deriva do valor do trabalho, quando, na verdade, ele deriva da *utilização* daquelas “faculdades físicas e morais”, isto é, da *utilização* da força de trabalho (Marx).

Smith (1996 [1776], p. 333) considera que o trabalho *acrescenta valor* quando “fixa-se e realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo depois de encerrado o trabalho.” Este trabalho *produtivo* ou *acabado*, portanto, estoca certa quantidade de trabalho ao objeto. Por outro lado, o autor classifica o trabalho *improdutivo* como aquele que “não se fixa nem se realiza em um objeto específico ou mercadoria vendável” onde os serviços geralmente “morrem no próprio instante em que são executados.” (pp. 333-334).

Sabendo disso, Ricardo (1996 [1821]) apresenta sua principal contribuição para a análise do valor, o conceito de *valor relativo* ou (para ele significa o mesmo) *preço relativo*: “a *quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho produzirá* é que determina o valor relativo delas, presente ou passado.” (p. 27, sublinhado nosso). Noutros termos, o trabalho acabado contém valor, mas a sua magnitude só pode ser expressa através da *relação* entre as quantidades de trabalho que foram empregadas<sup>18</sup>.

A forma de medir a quantidade de trabalho acabado é auferida através do *tempo de trabalho* necessário à referida produção. Não obstante, este tempo de trabalho – a medida da magnitude do valor – é o próprio indicador da *produtividade*, de modo que “quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor o seu valor<sup>19</sup>.” (Marx, 2017 [1890], p. 62).

Além da produtividade, Ricardo (1996 [1821]) percebeu que, se considerando a apropriação de terras e a acumulação de capital – o que a análise do valor smithiana não fez – diversos *setores* produtivos e seus respectivos empregos de capital fixo e capital circulante<sup>20</sup> também terão efeito sobre o valor relativo das mercadorias. Ora, “se os homens

---

<sup>18</sup> Apesar de Smith ter utilizado o conceito de valor relativo como sinônimo do valor de troca, como referido acima, “não analisou em lugar algum os efeitos da acumulação de capital e da apropriação de terras sobre o valor relativo” (Ricardo, 1996 [1821], p. 31), tão pouco observou o valor de troca pela ótica da *relação* entre as coisas. Marx, por sua vez, baseia-se nestas considerações de Ricardo para aprofundar o entendimento quando, como ver-se-á, identifica as *formas do valor*, isto é, as expressões do valor na relação entre as mercadorias.

<sup>19</sup> Foi utilizada a definição de Marx apenas devido a maior clareza. É importante destacar, no entanto, que Ricardo lida com os ganhos de produção em perfeita concorrência, onde a produtividade é transmitida diretamente aos preços. “A redução na utilização do trabalho sempre reduz o valor relativo de uma mercadoria”, desde que, obviamente, as mercadorias comparadas não tenham sido “afetadas por semelhante redução de trabalho.” (Ricardo, 1996 [1821], p. 32).

<sup>20</sup> “Dependendo da rapidez com que pereça, a frequência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consume, o capital é classificado como capital circulante ou capital fixo. (...) Portanto duas atividades podem utilizar o mesmo montante de capital, mas este pode ser dividido de modo muito diferente entre a parte fixa e a circulante.” (Ricardo, 1996 [1821], p. 36). Capital fixo corresponde, por exemplo, a instrumentos,

não empregassem maquinaria na produção, mas somente trabalho, e se demorassem o mesmo tempo até colocarem seus produtos no mercado, o valor de troca de seus produtos seria exatamente *proporcional* à quantidade de trabalho consumida. ” (Ricardo, 1996 [1821], p. 36, sublinhado nosso).

O capital fixo, mais precisamente o *trabalho acumulado* que o constitui, é, para Ricardo (p. 38), transferido aos produtos<sup>21</sup>. Como este trabalho acumulado é, logicamente, uma quantidade de trabalho finita, a cada processo produtivo ele é desgastado – transferido, portanto. Para que se mantenha operante ao longo do tempo, este capital fixo necessita, conforme se desgasta e, portanto, perde trabalho acumulado, da reposição de trabalho, isto é, de manutenção. As duas formas de emprego do capital, fixo e circulante, podem ser compreendidas como duas formas de se empregar trabalho na produção. Os dois irão “executar trabalho”, o fixo transmitindo o trabalho nele incorporado e o circulante, tratando-se dos próprios humanos e dos materiais, incorporando novo trabalho sobre a matéria.

A proporção entre os dois, segundo Ricardo, irá afetar o valor relativo, pois, em uma situação hipotética, “um aumento nos salários não pode deixar de afetar desigualmente mercadorias produzidas em circunstâncias tão diferentes” (p. 36) – o valor do trabalho ou preço do salário aumentará ou reduzirá o custo do capital onde a forma circulante for proporcionalmente maior; por exemplo (p. 37), uma alteração no valor do trabalho da produção dos grãos de cevada e aveia modificaria o valor relativo comparado aos produtos de algodão ou lã. Em contrapartida, a durabilidade do capital fixo também terá influência.

Quantidade de trabalho necessário; aumento do valor do salário de acordo com a proporção entre as formas de emprego do capital; durabilidade do capital fixo e tempo para colocação no mercado; “todas essas circunstâncias desqualificam qualquer produto como uma *medida perfeitamente precisa de valor*. ” (Ricardo, 1996 [1821], p. 44, sublinhado nosso). Contudo, a despeito desses diversos fatores que alteram o valor relativo, o autor considera que o efeito mais importante “decorre principalmente das variações nas quantidades de trabalho necessárias para sua produção<sup>22</sup>. ” (p. 44).

Já ficou claro, por agora, que o valor de troca é percebido como uma composição de custos – dado a quantidade de trabalho necessária à produção dos *componentes* das mercadorias. Tanto Smith quanto Ricardo realizam, a partir disso, uma discussão sobre a *distribuição funcional de rendimentos* – ou seja, distribuição do produto total do trabalho

---

ferramentas, edificações, de modo que sua durabilidade deve ser levada em conta no cálculo de desgaste. Capital a ser empregado com trabalho, por outro lado, é capital circulante.

<sup>21</sup> “Não só o trabalho aplicado diretamente às mercadorias afeta o seu valor, mas também o trabalho gasto em implementos, ferramentas e edifícios que contribuem para sua execução. ” (Ricardo, 1996 [1821], p. 30).

<sup>22</sup> “Uma alteração de qualquer magnitude na taxa corrente de lucro é efeito de causas que somente operam ao longo de ano, enquanto alterações na quantidade de trabalho necessário ocorrem diariamente. ” (Ricardo, 1996 [1821], p. 39). Para Ricardo um aumento ou redução nos salários necessariamente afeta a taxa de lucro, devido a estrutura concorrencial, como ver-se-á a seguir.

entre “renda” (da terra), salários e lucro – e sua influência no valor de troca das mercadorias.

Descobriram que as personificações destes rendimentos são as classes sociais: arrendatários, trabalhadores e capitalistas. A renda da terra, era vista por eles como uma forma de *apropriação* ou *extração* da produção do valor, pois derivava da apropriação das terras. Para Ricardo, dado serem as terras quantitativamente limitadas e qualitativamente diferentes, o aumento da extensão do cultivo aumentaria a renda da terra, em detrimento dos salários e lucros<sup>23</sup>. Basicamente, dado serem terra, trabalho e capital os componentes do *valor real* das mercadorias, eles se referem a formação dos preços<sup>24</sup>.

Mas, deve-se ressaltar, que os autores reconhecem que o preço ajustado pelo mercado possa sofrer “perturbações”, naquilo que Smith diferencia *preço natural* ou *preço em trabalho* do *preço de mercado* ou *preço em dinheiro*. Este, regulado pela dinâmica mercadológica da oferta e da procura e sua relação entre escassez ou abundância face aos demandantes efetivos; aquele, regulado pelo valor real das mercadorias, ou seja, pela quantidade de trabalho necessária. O real situado na esfera da produção; o nominal, na esfera da circulação.

Destarte, deve-se fazer explícito que esta percepção se baseia num *modelo*, construído a partir de uma premissa-chave, a saber: a da concorrência capitalista (convencionou-se, posteriormente, denominá-la concorrência perfeita), isto é, numa economia de mercado, prevalecendo a liberdade de entrada e saída de capitais dos diversos setores produtivos, a taxa de lucro do capital tende para um *nível comum*<sup>25</sup>. Este modelo influencia, inclusive, a discussão do valor de Marx<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Refere-se a tese da renda da terra de Ricardo e a consequente conclusão dos rendimentos decrescentes. É nesse contexto que Smith desenvolve uma correlação entre o preço do trigo, principal elemento de subsistência dos trabalhadores e o preço real do salário.

<sup>24</sup> “Podemos, de fato”, objeta Malthus (1815), “arbitrariamente chamar o trabalho empregado numa mercadoria de seu valor real, mas, dessa forma, usamos as palavras num sentido diferente daquele em que são geralmente usadas.” Assim sendo, “acabamos ao mesmo tempo com a importantíssima distinção entre *custo* e *valor* e tornamos quase impossível explicar, com clareza, o principal estímulo para a produção de riqueza, que efetivamente depende dessa distinção”. (1815, cap. II, p. 30, sublinhado do autor como referido em Ricardo, 1996 [1821], p.46). O estímulo referido é a obtenção de lucros, a remuneração do capital empregado. Ricardo, a partir da passagem, defende sua posição de valor igual ao custo, desde que este seja o custo de produção “nisso incluindo-se os lucros” (p. 46) ou a remuneração do capital.

<sup>25</sup> “Enquanto for livre para empregar seu capital onde mais lhe aprouver, todo homem, naturalmente, buscará a aplicação mais vantajosa, e ficará insatisfeito com um lucro de 10%, se, transferindo seu capital, puder obter um lucro de 15%. Esse constante desejo de todos os aplicadores de capital deixar um negócio menos vantajoso por um mais vantajoso tende fortemente a igualar as taxas de lucro ou a fixá-las em tais proporções que compensem, segundo as estimativas das partes, qualquer vantagem que uma possa ter ou pareça ter sobre a outra.” (Ricardo, 1996 [1821], p. 63).

<sup>26</sup> “Se os preços se desviarem realmente dos valores, devemos reduzir aqueles a estes, pôr de lado essa circunstância, por ser eventual, para termos, em sua pureza, o fenômeno da formação do capital na base da troca de mercadorias, e para não nos deixar confundir, nas observações, por *circunstâncias perturbadoras* que nada tem a ver com o processo propriamente dito”, pois, “as contínuas oscilações dos preços de mercado, subidas e quedas, compensam-se, anulam-se reciprocamente e reduzem-se ao preço médio, a sua lei interna.” Desse modo, em última instância, os preços são regulados pelo valor da mercadoria. “Digo em última instância porque os preços médios não coincidem diretamente com as magnitudes do valor das mercadorias, conforme pensam A. Smith, Ricardo e outros.” (Marx, 2017 [1890], p. 196, sublinhados nossos).

Marx (2017 [1890]) foi abordado, até agora, apenas incidentalmente. No entanto, sua discussão sobre o valor-trabalho, a mais profunda e concisa<sup>27</sup>, permite concluir esta subsecção entendendo como as diferenças qualitativas óbvias entre os trabalhos (habilidade, intensidade, conhecimento) – as quais Smith e Ricardo não ignoraram, mas explicaram vagamente<sup>28</sup> – podem ser quantificáveis e como o *preço* daquelas mercadorias que, à primeira vista, refutam esta tese, por não corporificarem trabalho, é explicado.

Esta profundidade teórica se deve a sua concepção geral sobre a realidade social. Na sociedade capitalista, diz o autor, onde “a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, e, em consequência, a relação dos homens entre si como possuidores de mercadorias é a relação social dominante” (p. 82), os valores de uso “são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo *objetos úteis e veículos de valor.*” (p. 69, grifos nossos).

A mercadoria, para Marx (2017 [1890]), portanto, não é distinguida em valor de uso e valor de troca, mas em valor de uso e *valor*; é somente na *relação de troca* que ela adquire *forma* de valor de troca. O “seu valor é, portanto, uma *realidade apenas social*, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra.” (p. 69, sublinhados nossos)<sup>29</sup>.

Esta percepção da existência de dois *planos* diferentes: o social e o material, como duas dimensões da realidade, o faz distinguir a *riqueza material*, composta pelos valores de uso, e a *riqueza social*, isto é, a forma social da riqueza material de acordo com o modo de produção. Esta percepção é clarificada quando se observa como a produtividade do trabalho afeta distintamente os produtos (valores de uso) das mercadorias (valores).

Baseado nisto, Marx, de modo original, distinguiu a natureza do trabalho (naquilo que denominou *duplo caráter do trabalho*) em trabalho concreto (ou útil) e trabalho abstrato (ou humano comum)<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> Discussão fundamentalmente apoiada na interpretação ricardiana; mas muito superior. Como destaca Arendt (2007 [1958]), o rigor metodológico de Marx permitiu que ele fosse a fundo no tema do trabalho como nenhum de seus predecessores.

<sup>28</sup> “Ao referir-me, porém, ao trabalho como fundamento de todo o valor e da quantidade relativa de trabalho como determinante quase exclusivo do valor relativo das mercadorias, não se deve supor que negligencio as diferentes qualidades de trabalho nem a dificuldade de comparar uma hora ou um dia de trabalho numa atividade, com a mesma duração do trabalho de outra.” (Ricardo, 1996 [1821], p. 29). De forma similar a Smith, para quem esta questão se tornou paradoxal, Ricardo salientou as diferenças qualitativas e a dificuldade de comparação entre os trabalhos; os autores resolvem esta questão atribuindo ao cotidiano prático do mercado o ajuste quantitativo destas diferenças qualitativas de trabalho, numa escala de valores estabelecida, portanto, pela experiência.

<sup>29</sup> “Sendo o valor de troca uma determinada maneira social de exprimir o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais elementos materiais da natureza do que uma cotação de câmbio.” (Marx, 2017 [1890], p. 103).

<sup>30</sup> A categoria trabalho abstrato não é, conforme Marx (1979 [1857], pp. 62-63), fruto de mera representação ideal ou “o resultado intelectual de um todo concreto de trabalhos” pois “a indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho para outro, sendo para eles fortuito – e portanto indiferente – o gênero determinado do trabalho.” O trabalho desprende-se, portanto, do particularismo característico de formações sociais anteriores o que “supõe a existência de um conjunto muito diversificado de gêneros reais de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os outros.”

Ora, para serem comensuráveis, os valores das mercadorias devem ser compostos de uma substância homogênea, de forma que possam ter magnitudes quantitativamente comparáveis quando confrontadas, na relação de troca. “Se prescindirmos do valor de uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. (...) Pondo de lado seu valor de uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor de uso.” Os valores, inerentes à mercadoria apenas nestas condições sociais, são independentes das características concretas do produto e, conseqüentemente, do trabalho concreto nele corporificado; “desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.” (p. 60).<sup>31</sup>

A grandeza do valor, ou do trabalho abstrato, é determinada pela quantidade de trabalho ou tempo de trabalho necessário para a produção de um valor de uso, uma mercadoria. O tempo é uma grandeza quantitativa, *per si*; neste caso, ele vai mensurar o dispêndio da *força de trabalho* – característica fisiológica da *persona* que o possui, o trabalhador, e que a aliena no mercado.

Ricardo já havia percebido, de um ponto de vista da produção social, que ao se falar em valor de troca como regulado pela quantidade necessária de trabalho, esta quantia deve ser equivalente a obtida nas circunstâncias em que são empregadas maiores quantidades de trabalho, pois são absorvidas pelo mercado a despeito dos maiores custos<sup>32</sup>. A partir disso, e de sua concepção de trabalho abstrato, Marx concluiu que a magnitude do valor é *medida* pelo *tempo de trabalho socialmente necessário*, isto é, “o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.” (p. 61).

Este trabalho humano é considerado, todavia, o dispêndio *simples* da força de trabalho, em sua média. O trabalho qualificado, por outro lado, pode ser reduzido a trabalho simples multiplicado<sup>33</sup>. “Por mais qualificado que seja o trabalho que gera a mercadoria, seu

---

<sup>31</sup> “Quando o casaco, como figura do valor, é equiparado ao linho, iguala-se o trabalho inserido naquele com o contido neste. Sem dúvida, o trabalho concreto do alfaiate, que faz o casaco, difere do executado pelo tecelão, que faz o linho. Mas, equiparado ao do tecelão, reduz-se o trabalho do alfaiate àquilo que é realmente igual em ambos os trabalhos, sua condição comum de trabalho humano. (...) Só a expressão da equivalência de mercadorias distintas põe à mostra a condição específica do trabalho criador de valor, porque ela realmente reduz à substância comum, a trabalho humano, simplesmente, os trabalhos incorporados em mercadorias diferentes.” (pp. 72-73).

<sup>32</sup> “O valor de troca de todas as mercadorias — manufaturadas, originárias das minas ou obtidas da terra — é sempre *regulado* não pela *menor quantidade* de trabalho que bastaria para produzi-las em condições altamente favoráveis, desfrutadas por aqueles que têm particulares *facilidades* de produção, mas pela *maior quantidade* necessariamente aplicada por aqueles que não dispõem de tais facilidades e continuam a produzi-las nas condições mais desfavoráveis. Entende-se por circunstâncias mais desfavoráveis aquelas circunstâncias sob as quais se deve operar para obter a quantidade necessária do produto.” (Ricardo, 1996 [1776], p. 53, sublinhados nossos).

<sup>33</sup> “O trabalho humano mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. O *trabalho simples médio* muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade. Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho

valor a equipara ao produto do trabalho simples e representa, por isso, uma determinada quantidade de trabalho simples. ” (Marx, 2017 [1890], p. 66). Salienta-se que a noção de produtividade, como vista acima, está também incorporada aqui.

Tendo, por agora, compreendido a natureza e a grandeza do valor, resta abordar as *formas* deste valor manifestas no valor de troca. O exame minucioso destas formas, desde a mais simples até a mais complexa, segundo Marx, revela “a gênese da forma dinheiro” (p. 70); necessária, por sua vez, à compreensão do valor, pois a *forma dinheiro* do valor é a “forma comum de valor, que contrasta com a flagrante heterogeneidade das formas corpóreas de seus valores de uso.” (pp. 69-70). As mercadorias, no processo de circulação, mudam sua forma de valores de uso para dinheiro (metamorfose da mercadoria).

Na forma mais simples do valor, restrito às trocas diretas, uma quantia  $x$  da mercadoria  $A$  (linho), vale  $y$  da mercadoria  $B$  (casaco). Nesta relação simples, tanto a mercadoria  $A$ , como a  $B$  poderiam estar posicionadas em qualquer lado da igualdade, isto é, ou *expressarem* seu valor por meio da outra mercadoria ( $x$  linho vale  $y$  casaco) ou servirem de *equivalente* para expressão do valor ( $y$  casaco determina  $x$  linho), sem prejudicar as funções específicas de cada posição do objeto na relação. Todavia, “é claro que essa forma só funciona praticamente em estágios primitivos, quando os produtos do trabalho se transformam em mercadorias através da troca fortuita, ocasional.” (Marx, 2017 [1890], p. 87).

Não obstante, uma inferência importante é a de que “a mercadoria  $A$  (o linho), ao exprimir seu valor por meio do valor de uso de mercadoria diferente, a mercadoria  $B$  (o casaco), imprime a está última forma de valor peculiar, a forma de equivalente. ” (Marx, 2017 [1890], p. 77). Como equivalente, “a forma natural ou física da mercadoria torna-se forma de valor” (p. 78), ou seja, “o objeto material casaco”, sua forma corpórea, “representa, perante o linho, apenas valor. ” (p. 79).

A forma extensiva do valor é a generalização da forma simples; porém, é onde o valor de uma mercadoria é expressa por meio dos mais diversos equivalentes:  $x$  de linho, por exemplo, vale  $y$  de casaco e  $z$  de café, etc. A relação de troca deixa de ser fortuita e já passa a existir um mundo composto de mercadorias<sup>34</sup>. Mas é somente com o aparecimento da *forma geral do valor* que essas mercadorias podem se relacionar “como valores, umas com as outras, fazendo-as revelarem-se, reciprocamente, valores de troca” (p. 88), pois o

---

qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. ” (Marx, 2017 [1890], p. 66, sublinhados do autor).

<sup>34</sup> “Na primeira forma”,  $x$  de linho =  $y$  de casaco, “poderia ser fortuito o fato de essas duas mercadorias serem permutáveis em determinada relação quantitativa. ” Na forma extensiva, “se percebe imediatamente um fundo que essencialmente difere dessa ocorrência casual, determinando-a. Continua o mesmo valor do linho, seja ele expresso em casaco, café ou ferro etc., não importando o número das diferentes mercadorias nem o de seus donos. Desaparece a relação eventual de dois donos individuais de mercadorias. Evidencia-se que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas, ao contrário, *é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca.* ” (Marx, 2017 [1890], p. 85, sublinhado nosso).

desenvolvimento das trocas, como demonstra a história social, elegeu objetos de apreciado valor de uso – dentro do escopo de determinado mercado – como equivalente das demais mercadorias; com isso, a mercadoria eleita, passou a cumprir a função de equivalente geral<sup>35</sup>. “Espelhando-se num único e mesmo material (...) todas as mercadorias revelam-se não somente qualitativamente iguais, como valores, mas também quantitativamente comparáveis, como magnitudes de valor.” (p. 88)<sup>36</sup>.

De equivalente geral, a mercadoria se transforma em mercadoria-dinheiro quando “adquire a forma unitária do valor relativo do mundo das mercadorias consistência objetiva e validade social universal”, de modo que “desempenhar o papel de equivalente universal torna-se sua função social específica, seu monopólio social, no mundo das mercadorias.” Baseado nesta construção evolutiva, da forma simples à forma dinheiro do valor, o autor conclui que “a mercadoria equivalente da forma simples do valor, é o germe da forma dinheiro” (Marx, 2017 [1890], pp. 91-92), pois aquela dissociação entre valor de uso e valor também é sintomática, para o autor, quando a “necessidade, para o intercâmbio, de exteriorizar essa oposição exige forma independente para o valor da mercadoria e persiste até que, finalmente, é satisfeita com a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro.” (pp. 111-112) – de modo que “o processo de troca dá à mercadoria que transforma em dinheiro, não o valor dela, mas sua forma específica de valor” (p. 115), isto é, a peculiaridade de ser “reflexo (...) das relações existentes entre todas as mercadorias.” (p. 114).

Por fim, “a expressão simples e relativa do valor de uma mercadoria”, diz Marx, “por exemplo, o linho, através de uma mercadoria que já esteja exercendo a função de mercadoria-dinheiro, por exemplo, o ouro, é a *forma preço*.” (p. 92, sublinhado nosso). Na forma preço do valor a mercadoria-dinheiro, os metais, são idealmente estimados como equivalentes das mercadorias, isto é, servem como medida-de-valor. Não se necessita de nenhuma quantia de ouro para estimar-se o produto do trabalho em valor do ouro, para dar-lhe preço. “A expressão preço torna-se, aqui, imaginária, como certas grandezas da matemática”; para realizar, concretamente, este preço ideal, a mercadoria deve ser trocada por dinheiro. (p. 130).

Ora, se “coisas que, em si mesmas, não são mercadorias – por exemplo, honra, consciência, etc. – podem seus donos considerar alienáveis por dinheiro, e, assim, receber,

---

<sup>35</sup> “E embora se trate de uma mercadoria que apresente muitos inconvenientes, constatamos que, entre os antigos, com frequência os bens eram avaliados com base no número de cabeças de gado cedidas para comprá-los. A couraça de Diomedes, afirma Homero, custou somente 9 bois, ao passo que a de Glauco custou 100 bois.” (Smith, 1996 [1776], p. 334).

<sup>36</sup> Vale dizer que se tornava incognoscível, para Smith (1996 [1776]), devido a não compreender esta diferenciação entre o que se percebe no mercado de trocas e o que há, socialmente, por detrás dos movimentos diários de mercadorias, o fato de a magnitude do valor das mercadorias ser expresso pela quantidade de outra mercadoria ao invés da quantidade de trabalho (a medida real do valor). “Além disso, é mais frequente trocar uma mercadoria por outras mercadorias – e, portanto, comprá-las – do que por trabalho. Por conseguinte, é mais natural estimar seu valor de troca pela quantidade de alguma outra mercadoria, do que com base no trabalho que ela pode comprar.” (Smith, 1996 [1776], p. 334).

por meio de seu preço, a forma de mercadoria” (p. 129), possibilita que uma nova gama de “mercadorias” tenha “um preço, sem ter um valor.” (p. 130). Essa possibilidade é *inerente a forma preço* do valor, pois “se o preço, ao revelar a magnitude do valor da mercadoria, revela a relação de troca da mercadoria com o dinheiro, não decorre daí necessariamente a recíproca de que o preço, ao revelar a relação de troca da mercadoria com o dinheiro, *revela a magnitude do valor da mercadoria.*” (p. 129, sublinhado nosso).

“Além disso, a forma preço imaginária pode ocultar uma relação de valor verdadeira, embora indireta, como, por exemplo, o preço da terra não cultivada, que não tem nenhum valor, por não ser nela realizado nenhum trabalho humano.” (Marx, 2017 [1890], p. 130).

## 2.2 Teoria do valor-subjetivo

“A reflexão detida e a pesquisa levaram-me à opinião, de alguma forma inédita, de que *o valor depende inteiramente da utilidade.* As opiniões prevalecentes fazem do trabalho, em vez da utilidade, a origem do valor; e há mesmo aqueles que claramente afirmam que o trabalho é a *causa* do valor.<sup>37</sup>” (Jevons, 1988 [1879], p. 29, sublinhados do autor).

O autor oblitera, desse modo, a *causa* do valor do trabalho à utilidade. Os economistas clássicos destacaram que se o objeto não dispor de *utilidade* ou, o que para eles significava o mesmo, *valor de uso*, não há condição para que ele *possua* valor na troca. No entanto, o custo de produção como ponto gravitacional de sua teoria fê-los deixar uma lacuna na teoria econômica, pois negligenciaram o fato de que “o consumo é o fim da produção” (Marshall, 1985 [1890], p. 76) e que “só trabalhamos para produzir com o único objetivo de consumir.” (Jevons, 1988 [1879], p. 48).

Ora, visto serem os humanos, *condicionados* pela natureza há inúmeras necessidades, a “conservação de nossa vida e de nosso bem-estar” (Menger, 1988 [1871], p. 48) dependem de satisfazê-las<sup>38</sup>. Dessa forma, o ponto de partida da análise econômica, segundo Menger, deve ser a *satisfação das necessidades humanas*; Jevons, similarmente,

---

<sup>37</sup> Cabe ressaltar que quando Jevons alerta sobre o ineditismo de sua opinião, ele está referindo-se ao então contexto da literatura econômica britânica, amplamente influenciada pela teoria ricardiana. Existiram, todavia, autores que abordaram, direta ou indiretamente, a questão da utilidade em vários momentos anteriores do pensamento Ocidental; pode-se destacar, dentre eles, os escolásticos Pierre de Jean Olivi e São Bernardino de Sena, ainda nos remotos séculos XIII e XIV; Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781); Johann Heinrich von Thunen (1783-1850); Hermann Heinrich Gossen (1810-1858), dentre outros. (Rothbard, 2015; Kurz, 2016). Para os propósitos e limites desta discussão, não se julga relevante abordar a literatura pré-marginalista.

<sup>38</sup> “As necessidades derivam de nossos *instintos* e *impulsos* e estes estão radicados em nossa *natureza*; o não atendimento das necessidades tem como consequência o aniquilamento, levando o atendimento insuficiente à mutilação de nossa natureza. Por outro lado, atender às próprias necessidades significa *viver e prosperar*. Por conseguinte, zelar pelo atendimento das nossas necessidades significa o mesmo que zelar pela nossa *vida* e nosso *bem-estar*.” (Menger, 1988 [1871], p. 49, sublinhados nossos).

aponta que “a base científica da Economia está numa teoria do consumo<sup>39</sup>. ” (Jevons, 1988 [1879], p. 49).

Ao lançarem luz sobre esta brecha, os teóricos da chamada “Revolução Marginalista”<sup>40</sup>, William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras, radicaram suas teorias económicas no objetivo da produção, pois o correto entendimento da lei das necessidades (e dos desejos), visto estas *determinarem* a produção, propiciam um adequado entendimento dos esforços e das atividades humanas: “a ideia *propulsora* de toda a atividade econômica das pessoas é o atendimento mais completo e possível de suas necessidades” (Menger, 1988 [1871], p. 49, sublinhado nosso); de modo que são os prazeres oriundos da satisfação de seus desejos-necessidades que explicam o sofrimento que os humanos suportam ao trabalhar e se esforçar. (Jevons, 1988 [1879]).

Isto é, todavia, como noutras ocasiões, ponderado em Marshall (1985 [1890]). Ele tinha claro que a teoria das necessidades seria incompleta sem a teoria dos esforços e atividades humanas – como designava a análise clássica da produção – e, por isso, critica a “base científica” de Jevons; do mesmo modo que as necessidades, ao longo da história, suscitaram as atividades, as atividades também criaram novas necessidades<sup>41</sup>.

Mas isto não deve causar uma falsa impressão sobre a análise de Marshall, pois compreendia, por outro lado, tal como Jevons<sup>42</sup>, que é da “natureza progressista do homem” a satisfação de um desejo-necessidade criar *estímulos* ou *incentivos* à procura de novas satisfações – o que o levou a desenvolver, também, uma teoria do consumo.

Em linhas gerais, esta teoria visa interpretar os desejos, as aspirações, as inclinações e necessidades da alma e do corpo interno aos sujeitos, ou seja, aquela *força motriz* que há por detrás da ação humana, no sentido de suas *finalidades econômicas*. Sem prejudicar o conteúdo, ela pode ser tida como uma *teoria económica do comportamento humano*.

Contudo, o subjetivo de nenhuma pessoa pode ser observado, tão pouco mensurado. Além disso, a ação humana, mesmo que no sentido económico, tem, inerentemente, um

---

<sup>39</sup> “A Economia deve ter por base uma investigação completa e precisa sobre as condições da utilidade; e para entendermos esse fundamento devemos necessariamente examinar as necessidades e desejos do homem. Antes de tudo, precisamos de uma *teoria do consumo da riqueza*. ” (Jevons, 1988 [1879], p. 48, sublinhado nosso).

<sup>40</sup> Alguns de seus defensores mais apaixonados compreendem-na como a Revolução Copernicana da Economia, vide artigo publicado por Steve Horwitz, professor do departamento de Economia da Universidade St. Lawrence, na *Foundation for Economic Education* intitulado *We’re Still Haunted by the Labor Theory of Value*. Disponível em: <<https://fee.org/articles/were-still-haunted-by-the-labor-theory-of-value/>>. É auto evidente o porquê de Copérnico ser evocado.

<sup>41</sup> “Muito do que é de interesse primordial na teoria das necessidades pertence à teoria dos esforços e atividades. As duas teorias se complementam; uma é incompleta sem a outra. Mas se uma delas pudesse ser considerada, mais do que a outra, como sendo a intérprete da história do homem, tanto do ponto de vista económico como de outro qualquer, seria antes a teoria das atividades e não a teoria das necessidades. ” (Marshall, 1985 [1890], p. 96).

<sup>42</sup> “Com precisão, não se pode dizer que a satisfação de uma necessidade mais baixa *cria* uma necessidade mais elevada; ela apenas permite que a necessidade mais elevada se manifeste. Nós distribuímos nosso trabalho e nossos haveres de forma a satisfazer em primeiro lugar às necessidades mais prementes. Se falta alimento, o maior problema é como obter mais dele, (...) mas quando o alimento é razoavelmente abundante (...) as necessidades de natureza mais complexa e menos saciável se tornam comparativamente proeminentes. ” (Jevons, 1988 [1879], p. 55, sublinhado do autor).

“infortúnio” que prejudica sua análise: a liberdade humana de escolha. Menger contorna esses empecilhos observando as *condições* da ação *independentes* das vontades dos humanos. Jevons e Marshall, por sua vez, observam *indiretamente* estas vontades, através de seu reflexo nas ações práticas.

Através da riqueza, que numa sociedade civilizada tem no dinheiro seu equivalente geral, pode-se mensurar as aspirações da mente e os sentimentos do coração, pois “a medida se encontra no preço que uma pessoa se dispõe a pagar pelo cumprimento ou satisfação do seu desejo.” (Marshall, 1985 [1890], p. 97). Tal como se mede a gravidade apenas indiretamente<sup>43</sup>, pode-se fazê-lo também quando se trata dos sentimentos humanos.

Dessa forma, a compreensão do conceito de riqueza – dado ser o *meio* para o *fim* de satisfazer as necessidades – é fundamental para mensurar o *valor*<sup>44</sup> que as pessoas atribuem aos *bens* que adquirem; por outro lado, “representa os esforços e sacrifícios pelos quais vieram à existência.” (Marshall, 1985 [1890], p. 67).

Segundo Menger (1988 [1871]) a economia clássica realizou as primeiras tentativas de definir o conceito de riqueza “no sentido da Economia individual” (p. 60), mas o fez tal como o senso comum de sua época – o que, para Marshall, significa algo como não refletido cientificamente. Smith atribuiu o *poder de troca* como o objeto da riqueza; Ricardo e Say, o *valor de troca* (Menger). A uma objeção de Roesler, Menger (1988 [1871]) questiona: “não se deveria definir a riqueza de um povo pelo valor de uso, ao passo que a riqueza individual seria definida pelo valor de troca?” (p. 60).

Para tornar preciso o conceito de riqueza, no sentido individual, vulgarizado até então, deve-se compreender a natureza dos *bens*.

O ato do consumo é definido pela relação entre um sujeito e uma coisa extrínseca. Nesta circunstância, a coisa é considerada um *bem*. No entanto, para que a coisa adquira esse qualificativo, quatro *condições*, envolvendo sujeito e coisa, precisam ser satisfeitas simultaneamente (Menger, 1988 [1871], p. 34): deve existir alguma *necessidade* humana; alguma coisa tem de possuir qualidades ou propriedades capazes de *satisfazer* a referida necessidade; o sujeito, que necessita, precisa identificar o *nexo causal* entre sua necessidade interna e a coisa externa – o que faz ela ser *útil*; e, o consumidor tem que *obter* a coisa para que, efetivamente, utilize-a ou consuma-a<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> “Não podemos conhecer ou medir mais a gravidade em sua essência do que podemos medir um sentimento; mas assim como medimos a gravidade pelos seus efeitos sobre os movimentos de um pêndulo, também podemos estimar a igualdade ou desigualdade dos sentimentos pelas decisões da mente humana. A vontade é nosso pêndulo.” (Jevons, 1988 [1879], p. 33). Cabe destacar que, para Jevons, inspirado em Bentham, são os prazeres e as dores (sofrimentos) que guiam as ações humanas, de modo que a finalidade das ações (*e da economia*) é sempre aumentar o prazer; isto explica porque ele utiliza o termo sentimentos.

<sup>44</sup> “A noção de *Valor*”, por sua vez, “está intimamente relacionada com a de Riqueza.” (Marshall, 1985 [1890], p. 70, sublinhado do autor).

<sup>45</sup> A distinção entre utilizar e consumir repousa no *tempo*. Segundo Marshall (1985 [1890], p. 74) o consumo é uma produção negativa, ou seja, a utilidade, criada pela produção, é desagregada pelo consumo, que destrói ou diminui a utilidade constituinte. Mas o tempo é um fator determinante à degradação das utilidades. O

Note-se que “as coisas capazes de serem colocadas em nexos causais com a satisfação de nossas necessidades humanas denominam-se *utilidades*. ” (Menger, 1988 [1871], p. 33, sublinhado do autor). Por isso, a utilidade é uma *qualidade abstrata* percebida pelo sujeito que deseja e trabalha<sup>46</sup> para obter (Jevons); não há algo como “qualidade intrínseca” à coisa. Noutras palavras, “Utilidade é tida como *correlativa* do Desejo ou Necessidade. ” (Marshall, 1985 [1890], p. 97, sublinhado nosso). Nestes termos: todo bem é útil, mas nem toda coisa útil é um bem.

De acordo com Jevons (1988 [1879]) os bens são “qualquer objeto, substância, ação ou serviço que é capaz de proporcionar prazer ou afastar sofrimento. ” (p. 48). E, no entanto, a classificação dos tipos de bens, isto é, de todas as coisas úteis que possuímos ou que temos o poder de possuir para consumir, é feita por Menger e Marshall de maneira mais clara e profunda do que por Jevons. Eles são *ordenados*, em linhas gerais, de acordo com o nexo causal: direto ou indireto; sua qualidade: tangível/material ou intangível/imaterial; e, ainda, de acordo com sua alienabilidade.

Segundo suas qualidades, Menger (1988 [1871]) divide os bens em duas categorias: “os *bens reais*<sup>47</sup> (bens-coisas – incluindo todas as forças da Natureza, a medida em que são bens) e as *ações humanas úteis* (respetivamente omissões), dentre as quais a mais importante é a prestação de serviços. ” (p. 35, sublinhados do autor). Para Marshall, por sua vez, os bens *materiais* agrupam todas as coisas úteis, inclusive os *direitos* de possuir coisas úteis. Difere-se de Menger sobretudo no que diz respeito aos bens *imateriais*, por considerar as faculdades físicas e mentais como bens imateriais, *internos* ou *personais* – à medida que, por meio delas, se *age* e se usufrui do *prazer*; há, também, similarmente a Menger, os bens imateriais *externos*, são aqueles provenientes das relações intersubjetivas – que podem servir como *meio* para obtenção de bens tangíveis.

Os *bens econômicos* são, para Marshall, as coisas *extrínsecas* aos homens – tanto as tangíveis quanto as intangíveis – que podem, por isso, ser alienáveis e, portanto, *transferíveis*. Os bens intangíveis internos, por serem exclusivamente pessoais, são

---

“consumidor” de, por exemplo, quadros, casas ou cortinas, na verdade utiliza e não consome, isto é, “utiliza-se delas enquanto o tempo as destrói. ”

<sup>46</sup> “O homem não pode produzir a matéria mas unicamente as utilidades inerentes à matéria” (Marshall, 1985 [1890], p. 73), as quais são assim adaptadas a fim de servirem à satisfação de suas necessidades.

<sup>47</sup> Menger (1988 [1871]) distingue os *bens reais* dos *bens imaginários*, isto é, coisas “que simplesmente derivam sua qualidade de bem a partir de propriedades imaginárias, ou então de necessidades humanas imaginárias” e não provêm de necessidades humanas reais – sensatas e racionais. Como exemplo enquadram-se “remédios para doenças que na realidade nem sequer existem, objetos, ídolos, edificações, etc., a exemplo dos que são utilizados pelos povos pagãos para o culto de seus *falsos deuses*, instrumentos de tortura e similares. ” (p. 35, sublinhado nosso). Se, na mesma página, embora noutro contexto, o autor salienta “o realismo característico de nosso tempo, o qual só reconhece como bens as coisas e forças materiais”, questiona-se se este mesmo “realismo” não engolfou Menger ao desconsiderar as necessidades espirituais e afetivas, ou “irracional”, e suas respetivas satisfações, como bens; afinal, o pressuposto de que “o reconhecimento, *por parte do homem*” do “nexo causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade” (p. 34, sublinhado do autor) diz respeito ao julgamento do *humano* que reconhece o nexo e não do próprio investigador que classifica o que é imaginário ou não, além de qual Deus é verdadeiro e qual é falso.

*intransferíveis*; não sendo passíveis de transação comercial, não são bens econômicos. O *contexto jurídico* subjacente, de direitos de propriedade privada imobiliária e mobiliária, propriedade nacional, etc., é salientado pelo autor.

Os bens (econômicos, para Marshall) são ordenados, ainda, de acordo com seu nexo causal (Menger) em sua relação ao sujeito que consome (o consumidor).

Em Menger, os *bens de primeira ordem* possuem as propriedades para satisfação direta e imediata das necessidades – são os *bens de consumo*. Os *bens de ordem superior* – segunda, terceira ordens, e assim sucessivamente – são aqueles utilizados para produzir os de primeira ordem, isto é, são os *bens intermediários*, atendem apenas indireta e mediatamente as necessidades. Os bens de ordem superior, dado serem *determinados* pelos de ordem inferior, só são considerados bens enquanto forem também os de ordem inferior<sup>48</sup>, respetivos, e enquanto os complementos, auxiliares na produção, estiverem disponíveis.

Marshall critica a ordenação de Menger por ser muito restrita<sup>49</sup> e propõe a distinção mais ampla entre os *bens de consumidores* ou *bens de primeira ordem* e *bens de produtores* ou *bens intermediários*.

Porém esta divergência de critérios de classificação não é tão fundamental quanto outra, que se deve destacar: enquanto Marshall considera como bens econômicos aquelas coisas extrínsecas passíveis de alienação, considerando o contexto social correspondente – como, aliás, sempre tem o cuidado de ponderar durante toda sua análise – Menger abstrai a categoria de bens econômicos da sociedade<sup>50</sup>, *condicionando-a* a escassez de bens em relação a demanda<sup>51</sup>. Este pode ser considerado o ponto de bifurcação entre os neoclássicos e Menger (ou os austríacos, se se quiser) pois influencia os conceitos relevantes subsequentes, inclusive do valor, como ficará evidente na sequência. A despeito desta

---

<sup>48</sup> O princípio da *incerteza econômica* emerge, para Menger, desta percepção. O autor afirma, corretamente, que “o conceito de causalidade é inseparável do tempo” (p. 43); a posse dos bens superiores, e seus respetivos complementos, como tudo o mais, estão submetidos ao tempo. Quanto maior o tempo do processo de produção de um bem de ordem inferior, maior o *risco* deste processo. Ademais, a transformação de bens de ordem superior exigem uma previsão da demanda, que nem sempre pode realizar-se.

<sup>49</sup> “Carl Menger (...) diz que o pão pertence à primeira ordem, a farinha à segunda, o moinho à terceira, e assim por diante. Parece-nos então que se um trem ferroviário leva as pessoas numa excursão de recreio, e também algumas latas de biscoito, maquinário de moagem e algum outro maquinário para o fabrico de máquinas de moagem, tal trem seria ao mesmo tempo um bem de primeira, segunda, terceira e quarta ordens.” (Marshall, 1985 [1890], p. 74).

<sup>50</sup> Isto fica evidenciado numa passagem em que o autor critica o conceito de riqueza de Malthus: “com isso [Malthus] incorre em outro erro, a saber, o de exigir, para o conceito de riqueza – e *portanto de bens econômicos* –, que sejam “propriedade” da pessoa (...) a *propriedade* supõe sociedade, convenções, leis.” (Menger, 1988 [1871], p. 68, sublinhado nosso).

<sup>51</sup> “Quando a demanda de um bem, *dentro de um período em que se estende a atividade de previsão das pessoas*, é maior do que a quantidade do respectivo bem de que podem dispor dentro desse período, as pessoas, no afã de satisfazer, de maneira mais completa, suas necessidades e relação ao respectivo bem, sentem-se estimuladas a desenvolver as atividades acima descritas, que caracterizamos como sua *economia*.” (Menger, 1988 [1871], p. 73, sublinhados nossos).

diferença conceitual, para os três autores, os *bens* constituem o patrimônio pessoal<sup>52</sup> enquanto os *bens económicos* são os elementos constitutivos da riqueza. Nos termos de seus entendimentos, para o austríaco a riqueza é composta pelos bens relativamente escassos; para o neoclássico, a riqueza é composta pelos bens intercambiáveis.

No primeiro parágrafo desta secção viu-se a afirmação de Jevons de que o *valor depende inteiramente da utilidade*. Menger, por sua vez, afirma que é a *importância* que as pessoas atribuem aos bens *económicos* a causa do valor. A utilidade, para ele, “constitui apenas a condição básica para que uma coisa seja um bem” (Menger, 1988 [1871], p. 74), o que não significa, necessariamente, que o bem em questão tenha valor, pois “o valor é a importância que determinados bens concretos – ou quantidades concretas de bens – adquirem para nós pelo fato de estarmos conscientes de que só poderemos atender nossas necessidades na medida em que dispusermos deles.” (Menger, 1988 [1871], p. 73).

Os bens *não económicos* são úteis, mas não tem nenhum valor, sequer valor de uso, pois são *abundantes*, e satisfazem as necessidades plenamente sem que a possibilidade de sua falta seja percebida. Ora, se os humanos detivessem acesso a todas estas coisas necessárias em abundância, fornecidas diretamente pela natureza, por exemplo, não teriam o impulso para agir<sup>53</sup> e progredir.

O valor, portanto, não é algo inerente as coisas, mas é inteiramente *subjetivo*<sup>54</sup>; tal como a utilidade, é “uma circunstância das coisas que surge em relação destas com as exigências do homem.” (Jevons, 1988 [1879], p. 50). O que não significa, entretanto, que ele seja arbitrário. A vontade e o costume até podem, inicialmente, influenciar na escolha das necessidades; entretanto, “uma vez presentes essas necessidades, o valor que os bens têm para nós não pode mais ser algo de *arbitrário*, mas simplesmente a consequência necessária do conhecimento de sua importância para nossa vida e nosso bem-estar.” (Menger, 1988 [1871], p. 77, sublinhado nosso).

Definido o valor nos termos de Menger (1988 [1871]), valor de uso e valor de troca são “duas modalidades diferentes do mesmo fenômeno da vida económica.” (Menger, 1988

---

<sup>52</sup> “Toda riqueza consiste em coisas desejáveis, isto é, em coisas que satisfazem as necessidades humanas, direta ou indiretamente. Mas nem todas as coisas desejáveis são consideradas como riqueza. A afeição de amigos, por exemplo, é um elemento importante de bem-estar, mas não é *contada* como riqueza, exceto como licença poética. Começemos então por classificar as coisas desejáveis, e então considerar as que entre elas devem ser tidas como elementos de riqueza. (...) Quando se fala da *riqueza* de um homem, simplesmente, e sem que haja qualquer cláusula interpretativa no contexto, devemos entendê-la como sendo o seu patrimônio.” (Marshall, 1985 [1890], pp. 65; 66-67, sublinhado nosso).

<sup>53</sup> Marshall (1985 [1890]) não foi levado a uma conclusão tão extrema. No entanto, em uma passagem percebe-se certa sintonia com a percepção de Menger: “em todos os estágios da civilização nos quais o poder do dinheiro foi preeminente, poetas e prosadores se deleitaram em pintar uma passada “Idade de Ouro” antes que fosse sentida a urgência do simples ouro material; embora se tenham relatos históricos que demonstram algumas pequenas coletividades usufruindo da benevolência da Natureza para com eles e, com isso, “livres das preocupações materiais”, isto não ocorre na maior para da civilização.” (p. 27).

<sup>54</sup> “O valor é um juízo (...) que as pessoas fazem sobre a importância que o dispor delas tem para a conservação de sua vida ou de seu bem-estar (...) só existe na consciência das pessoas em questão.” (Menger, 1988 [1871], p. 77).

[1871], p. 144). O que os distingue, *dentro* da economia humana, é que o primeiro é oriundo da utilização direta dos bens, enquanto o segundo é engendrado pela utilização indireta, por meio do intercâmbio. O paradoxo do valor de Smith, entre a água e o diamante, não reconhece esta mesma *natureza* do valor.

Menger (1988 [1871]), assim o explica: “os diamantes e o ouro são tão raros que a quantidade total disponível dos primeiros poderia ser guardada em uma caixa. (...) Ao contrário, a água potável está disponível em quantidades tão grandes que seria difícil imaginar um reservatório capaz de contê-la toda”; conseqüentemente, as *porções* de ouro e diamante disponíveis atendem somente “às necessidades mais importantes para cujo o atendimento esses materiais prestam”, enquanto as porções de água são abundantes de tal forma que não somente as necessidades humanas são atendidas, como podem ser desperdiçadas. “Por isso, porções concretas de água potável via de regra não têm *nenhum* valor para os homens, enquanto, no caso do ouro e dos diamantes, têm valor *elevado*.” (p. 91, sublinhados do autor).

Jevons (1988 [1879]) também evoca este paradoxo (p. 67), em seu tratado, para, de maneira muito semelhante, apresentar a interpretação desta aparente contradição. Diz o autor que “quando Smith fala que a água tem grande utilidade e no entanto é desprovida de poder de compra, ele se refere à *água em abundância*, ou seja, um suprimento de água tão abundante que já exerceu plenamente seu efeito útil, ou sua *utilidade total*.” (sublinhados do autor).

Ele explicita, a partir desta percepção, que “os economistas, de modo geral, não chegaram a distinguir entre” o *grau final de utilidade* “e a utilidade total, e essa confusão gerou muita perplexidade. Muitos bens que nos são extremamente úteis são pouco desejados e apreciados. Não podemos viver sem água, e no entanto não atribuímos a ela nenhum valor em circunstâncias normais.” (p. 54). Todavia, isto é fundamental para compreensão da natureza do valor, pois “a palavra valor é frequentemente usada significando *intensidade de desejo ou apreço por uma coisa*” de forma que “nesse sentido, o valor parece ser idêntico ao grau final de utilidade de um bem (...) e é medido pela intensidade do prazer ou proveito que seria obtido por novo aumento do mesmo bem” (p. 67, sublinhado do autor) – independente, portanto, do comércio ou da troca.

Jevons atribui o valor, bem como a medida de sua grandeza, ao grau final de utilidade. O valor é subjetivo, como em Menger, definido a partir da relação entre sujeito e coisa/bem, a despeito de divergirem entre a utilidade e a importância. O grau da magnitude do valor, no entanto, é mensurado de forma idêntica – o que dá sentido ao termo *marginalistas*.

“Há uma variedade infinita de necessidades”, afirma Marshall (1985 [1890]), “mas há um limite para *cada* necessidade *em separado*. Essa tendência comum e fundamental

da natureza humana pode expressar-se na lei das necessidades saciáveis ou da utilidade decrescente.” (pp. 97-98, sublinhados do autor). A lei da *utilidade decrescente* ou *utilidade marginal* é uma das principais inferências da teoria da “*mecânica da utilidade e do interesse individual*” desenvolvida por Jevons (1988 [1879], p. 37, sublinhado do autor).

Primeiramente, é preciso distinguir a utilidade total de um determinado bem, do seu grau de utilidade. A utilidade total refere-se a qualidade do bem em ser o nexos causal entre a necessidade e a satisfação dela. O grau de utilidade, por sua vez, designa a magnitude desta satisfação em relação as porções quantitativas do bem em questão<sup>55</sup>. A lei da variação da utilidade é obtida a partir deste grau de utilidade e afirma: “*o grau de utilidade varia com a quantidade de um bem e finalmente diminui na medida em que a quantidade aumenta.*” (Jevons, 1988 [1879], p. 54, sublinhado do autor). Noutros termos, “a utilidade marginal de uma coisa para um indivíduo diminui a cada aumento da quantidade que ele já possui dessa coisa” (Marshall, 1985 [1890], p. 98), *permanecendo constante*, no tempo, o caráter e o gosto do indivíduo em questão<sup>56</sup>.

A *comparação entre as várias porções* é o ponto crucial à teoria económica (Jevons). Esta comparação, vale salientar, refere-se as porções do mesmo bem em relação às respectivas necessidades. Bens diferentes exigem a comparação de suas utilidades totais. É através deste exercício comparativo que Jevons percebeu que é o desejo ou apreço pelo incremento de mais uma porção de um bem que lhe confere valor, isto é, seu grau final de utilidade. Neste ponto a *escassez* e a *abundância* tem relevância determinante, pois quanto mais abundantes forem estas porções, mais satisfeito estará o indivíduo e, por conseguinte, menor será o grau final de utilidade.

Menger, de forma independente e idêntica, cria uma escala *decrescente de importância* e organiza-a de acordo com o grau (intensidade e duração) que obterá o indivíduo com a satisfação da respetiva necessidade. Divide os bens, a partir dos de subsistência, em quantias, ou porções, de modo que o incremento de uma porção de, por exemplo, alimento irá ter o mesmo grau de importância do fumo, após já satisfeita plenamente a necessidade de alimento – de modo que o indivíduo passa a escolher dentre incrementar o consumo de uma porção de fumo no lugar de uma de alimento. O autor conclui que “o valor de cada porção individual de bens é igual a importância das

---

<sup>55</sup> “Imaginemos uma quantidade de comida que uma pessoa consome em média em 24 horas dividida em dez partes iguais. Se sua comida é reduzida de uma parte, ela pouco sofrerá. Se uma segunda parte faltar, a pessoa sentirá a necessidade com nitidez; a retirada de uma terceira parte será sem dúvida prejudicial; com cada retirada sucessiva das partes restantes seus sofrimentos serão mais e mais sérios, até que finalmente ela estará a beira da inanição. Se chamarmos cada uma das dez partes de um acréscimo, o descrito acima significaria que cada acréscimo de comida é menos necessário, ou tem menos utilidade que o anterior.” (Jevons, 1988 [1879], p. 51).

<sup>56</sup> É esta lei que explica a *curva da procura* decrescente, como exposto nos diagramas cartesianos, desenvolvidos por Marshall, de equilíbrio parcial e equilíbrio geral de oferta e procura.

necessidades cujo atendimento depende da disponibilidade da referida porção.” (Menger, 1988 [1871], p. 86).

Segundo Jevons (1988 [1879]), quando Smith designa o alto valor de troca do diamante, não percebeu a essência do valor de troca, isto é, que ele depende de uma *circunstância*: é estabelecido através de uma relação quantitativa, no qual os *dois* polos que a compõe, ou seja, as espécies de mercadorias, são relevantes para determinar sua proporção – por isso, para o autor, o termo *relação de troca* é mais adequado que valor de troca<sup>57</sup>.

O que não significa, entretanto, que a relação de troca, ou os preços, não seja diretamente influenciada pelo valor (grau final de utilidade); pelo contrário, “a *relação de troca de dois bens quaisquer será correspondente à relação dos graus finais de utilidade das quantidades dos bens disponíveis para consumo depois que a troca se completa.*” (p. 74, sublinhado do autor). É relevante destacar, entretanto, que na teoria da troca de Jevons a relação de troca, ou, o que para ele é o mesmo, os *preços*, já estão *dados* e os graus finais de utilidade das “comunidades comerciais” encontram seu *ponto de referência* quantitativo nisto.

Para Menger (1988 [1871]) “o *preço* de um bem [é] a consequência de seu *valor* para as pessoas envolvidas em atividades económicas”; e, como a variação da grandeza do *valor dos bens* se funda na variação dos graus de importância, tem “a grandeza do preço sua medida decisiva em todos os casos, na grandeza do valor.” (p. 106, sublinhados do autor).

Mas Marshall (1985 [1890]) percebeu, assertivamente, aquilo que já estava implícito em Jevons, a saber: “não podemos expressar a procura de uma coisa por uma pessoa, pela “quantidade que ela se dispõe a comprar”, ou pela “intensidade da sua avidez de comprar uma certa quantidade”, sem *referência* aos *preços* pelos quais ela compraria esta ou aquela quantidade.” (p. 100, sublinhado nosso).

O preço ou o *valor expresso em termos de dinheiro* é a maneira que os países civilizados encontram para mensurar o valor das coisas; dessa forma, “em vez de exprimir os valores do chumbo e do estanho, da madeira, do trigo e outras coisas uns em relação aos outros” (Marshall, 1985 [1890], p. 70), o valor pode ser percebido pela quantia em dinheiro que *valem*. Com isto, a referência para mensurar a variação da proporção do valor ou preço das coisas torna-se o “poder aquisitivo da moeda”. Assim sendo, dentro de uma cesta de produtos precificados, a *disposição* do consumidor a comprar, revela o valor que atribui às mercadorias<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> “O valor, isto é, o *valor de troca* de uma coisa em termos de outra num lugar e tempo qualquer, é a quantidade da segunda coisa que pode ser obtida ali e na ocasião dada, em troca da primeira. Assim, o termo valor é relativo e exprime a relação entre duas coisas num lugar e tempo determinados.” (Marshall, 1985 [1890], pp. 65; 66-67, sublinhado nosso).

<sup>58</sup> De onde provém seu famigerado conceito de excedente do consumidor ou a diferença entre o preço que o consumidor está disposto a pagar, de acordo com a utilidade marginal, e o preço real, designado no mercado.

Para Menger, os custos de produção apenas sinalizam a *sensatez* da escolha econômica da produção<sup>59</sup>. Os neoclássicos, por sua vez, não negligenciam isto na discussão do valor. Jevons (1988 [1879]) afirma que o trabalho é *indiretamente* responsável pelo valor, pois “o trabalho afeta [a quantia do] suprimento, e o suprimento afeta o grau de utilidade, que rege o valor ou a relação de troca.” (Jevons, 1988 [1879], p. 106).

Marshall, por seu turno, tinha uma singela preocupação tanto com a importância da procura, quanto da oferta para determinação do valor de troca<sup>60</sup>. Ele aprofundou as noções de oferta e procura e tornou-a “*necessária como base para os problemas práticos do valor*, e que atua como uma espécie de espinha dorsal, dando unidade e consistência ao corpo principal da teoria econômica.” (Marshall, 1985 [1890], p. 91, sublinhados nossos). Dessa forma, distribuição e troca são, para ele, estritamente relacionados<sup>61</sup>; são o próprio *Valor*. Os consumidores irão *valorar* de acordo com as condições dos preços, utilidade marginal orçamentária, gosto, etc.

É através deste exame que Marshall realiza o “casamento” entre a lei da utilidade marginal de Jevons, e a curva da composição de custos ricardiana, onde o *horizonte temporal* de observação é fundamental à dinâmica do valor, ou dos preços<sup>62</sup>.

De acordo com esse entendimento, no *curtíssimo prazo* a oferta é inelástica, a demanda, de acordo com o princípio da utilidade marginal, é decrescente. Nestas *condições*, se a demanda aumenta, a consequência será o aumento do preço. Em casos como esse, vale a teoria da utilidade marginal do Jevons, pois é a demanda que explica a variação do preço. Por outro lado, se, digamos, no *curto prazo*, o peixeiro utiliza uma geladeira para *estocar* o bem perecível, de modo a tornar a oferta perfeitamente elástica, o aumento da demanda não tem nenhuma influência sobre o nível de preços, em sintonia com a teoria ricardiana. A *tesoura marshalliana* – equilíbrio parcial entre oferta e procura – se dá no *longo prazo*, onde a curva da oferta é crescente devido aos rendimentos decrescentes de escala.

---

<sup>59</sup> “Evidentemente, a comparação do valor do *produto final* com o valor dos *meios de produção* empregados nos mostra se ou em que medida foi sensata e econômica a produção (portanto, um ato de atividade humana pertencente ao *passado*).” (Menger, 1988 [1871], p. 94, sublinhados do autor).

<sup>60</sup> “É particularmente necessário insistir agora sobre isto, porque a reação contra o relativo abandono em que Ricardo e seus seguidores deixaram o estudo das necessidades mostra sinais de estar sendo levada ao extremo oposto. É importante, todavia, reafirmar a grande verdade a que eles se apegaram, talvez com demasiado exclusivismo, a saber: que se bem sejam as necessidades que regem a vida dos animais inferiores, é para as mudanças na forma dos esforços e atividades que devemos nos voltar quando tentamos investigar os princípios fundamentais de Humanidade.” (Marshall, 1985 [1890], p. 92).

<sup>61</sup> “As antigas definições da Economia descreviam-na como ciência que se ocupa da produção, da distribuição, da troca e do consumo da riqueza. A experiência ulterior mostrou que *os problemas da distribuição e da troca são estreitamente ligados*, que é duvidoso que alguém encontre vantagem em tentar separá-los.” (Marshall, 1985 [1890], p. 91, sublinhados nossos).

<sup>62</sup> Contudo, o “casamento” entre produção e consumo, expresso nos livros-texto de economia através do gráfico cartesiano de equilíbrio parcial, só pode ser coerente na compreensão de Marshall sobre o valor, isto é, de que o valor equivale a disposição do sujeito a adquirir e, por isso, é igual ao preço (valor de troca). Embora Marshall seja tido, tradicionalmente, como o *conciliador* das escolas neoclássica e clássica de economia – o que é totalmente compreensível – isto não altera o fato da incompatibilidade na concepção do valor, dentre outros conceitos.

### 3. O Contraponto

Nesta secção submeter-se-ão as teorias do valor, expostas na revisão bibliográfica, à uma contraposição. Através de seu contraste, perceber-se-ão suas principais divergências – com relação ao conteúdo. Além disso, far-se-á a crítica ao valor-subjetivo, evidenciando as consequências teóricas de adotar-se a satisfação dos desejos-necessidades como axioma das deduções.

Em ambas teses os conceitos de valor e riqueza são correlatos, de modo que se pode afirmar que *o conceito de riqueza é tão importante para o conceito de valor quanto este o é para os demais fundamentos da teoria económica.*

Entretanto, enquanto os economistas clássicos<sup>63</sup> desenvolvem uma Teoria da Produção da Riqueza, os economistas marginalistas desenvolvem uma Teoria do Consumo da Riqueza.

Para Marx, especificamente, os objetos de uso e suas diferentes formas de utilização são produtos históricos e, por isso, o consumo – e o desejo dele – é uma consequência deste modo de produção, de modo que, como para Ricardo e Smith, é a produção que explica o consumo e não uma teoria do consumo que explica o modo de produção<sup>64</sup>.

“O monetarismo, por exemplo”, afirma Marx (1979 [1857]), “situava a riqueza no dinheiro, considerando-a algo exterior. (...) Operou-se um grande progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial passou a situar a fonte da riqueza, não no objeto, mas na *atividade subjetiva*” (p. 61, sublinhado nosso), isto é, no dispêndio da força de trabalho – *propriedade* comum dos humanos. O valor, para os clássicos, é a *fonte da riqueza*; e esta se situa no sujeito.

É interessante perceber que Ricardo (1996 [1817]) utiliza da valoração do consumidor quando se refere aos bens escassos: cujo valor “oscila com a modificação da riqueza e das *preferências* daqueles que desejam possuí-los.” (p. 24, sublinhado nosso). Neste caso, o autor está designando a riqueza no sentido do poder de compra (ou

---

<sup>63</sup> Embora haja uma substancial diferença entre o pensamento de Smith e Ricardo comparativamente à Marx, para os propósitos da teoria do valor, sobretudo no que diz respeito a comparação com a teoria do valor-subjetivo, eles podem ser agrupados e designados por economistas clássicos. A revisão da literatura da teoria do valor-subjetivo deixou implícito que, na Inglaterra, Marx não fez parte da bibliografia de Jevons e Marshall, cujas críticas se referiram à teoria do valor ricardiana, especificamente.

<sup>64</sup> “A divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza as necessidades.” Obviamente o homem tem de reconhecer o “nexo causal” (Menger) entre sua necessidade e a coisa material, afinal é ele quem irá se relacionar com a coisa: “a mercadoria tem de ser, antes de tudo, valor de uso para o dono do dinheiro, e o trabalho nela despendido tem de possuir, portanto, forma socialmente útil, ou de ser reconhecido como elemento da divisão do trabalho. Mas a divisão social do trabalho é um organismo de produção que se formou e continua a evoluir, natural e espontaneamente, à margem da consciência dos produtores de mercadorias. A mercadoria pode ser produto de nova espécie de trabalho, que se destina a satisfazer necessidades emergentes ou mesmo criar necessidades até então desconhecidas.” (Marx, 2017 [1890], p. 133). Como diz, corretamente, Arendt (2007 [1958], p. 17) “os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência”.

orçamento) – como faz, também, Smith<sup>65</sup> – em relação a sua avaliação qualitativa (preferências) – de modo muito parecido com a preferência do consumidor marshalliana.

Para os marginalistas, a riqueza é constituída pelos bens económicos – que orientam os esforços e inclinações do comportamento humano, com finalidade económica. O valor é a avaliação subjetiva (de acordo com a satisfação e a necessidade) em relação a uma *condição objetiva*<sup>66</sup>: as porções dos bens (escassas ou abundantes) em relação as necessidades. O valor, para Jevons e Menger, é o grau final de utilidade e o grau de importância, respetivamente; para Marshall, é o valor de troca.

Os clássicos, por sua vez, compreendiam que o carácter de utilidade, ou valor de uso, de uma mercadoria é *condição necessária* à existência de um valor de troca. Mas que ao serem confrontadas na circulação, as mercadorias expressam seu valor proporcionalmente, de modo que se desdobram em valor de uso (riqueza material) e valor (riqueza social); ou seja, a riqueza social é a forma de expressão social da riqueza material.

Se contraposta a riqueza no sentido individual, riqueza social é tida como composta pelos bens coletivos, como em Marshall<sup>67</sup>. Menger também parte da riqueza individual, e entende a riqueza nacional como a soma dos bens individuais. Mas por riqueza social, designa como a riqueza individual obtida por meios jurídicos ou convencionais da sociedade<sup>68</sup> – o que seria muito mais promissor como conceito.

Segundo Menger (1988 [1871]) “o valor dos bens, como a característica econômica dos mesmos, independe da economia humana em sua forma social, independentemente também da ordem jurídica, inclusive da existência da sociedade. O valor dos bens subsiste mesmo na economia isolada, não podendo, pois, radicar-se na ordem jurídica. ” (Menger, 1988 [1871], p. 74). Valor de uso e valor de troca são, como visto acima, derivados de um mesmo fenómeno: o valor ou a importância atribuída a um bem.

Esta passagem é fundamental para compreender o pensamento económico de Menger. Para o autor, a economia está atrelada a própria *natureza humana*, ela transcende a *forma social* da economia humana. Deste modo, ele pode permitir-se – além de não considerar relevante as formas sociais de riqueza – flutuar pela história considerando a

---

<sup>65</sup> “Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho (...) o homem será (...) rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. ” (Smith, 1996 [1776], p. 87).

<sup>66</sup> “A soma algébrica de uma série de prazeres e de sofrimentos obtém-se pela adição de todos os prazeres, de um lado, e de todos os sofrimentos, de outro, achando-se então o saldo subtraindo-se do montante maior o montante menor. Nosso objetivo será sempre maximizar a soma resultante na direção do prazer, que podemos convenientemente denominar direção positiva. ” (Jevons, 1988 [1879], p. 43). Esta matemática da moralidade está baseada na filosofia utilitarista de Jeremy Bentham.

<sup>67</sup> Estradas, iluminação pública, esgoto, rios, descobertas científicas, “muitas dessas coisas são *bens coletivos*, isto é, bens que não são de propriedade privada. E isso nos leva a considerar a riqueza do ponto de vista social, em contraposição ao ponto de vista individual. ” (Marshall, 1985 [1890], p. 68, sublinhado do autor).

<sup>68</sup> “A *propriedade* supõe sociedade, convenções, leis. Consequentemente, pode-se denominar as riquezas assim adquiridas [pela apropriação] *riquezas sociais*. ” (Menger, 1988 [1871], p. 68, sublinhado nosso).

economia a-histórica, e utilizar concepções lógico-abstratas que servem para compreender a realidade econômica, seja numa economia “primitiva”, na ilha de Robinson Crusóe, ou numa sociedade complexa<sup>69</sup>.

Não cabe ao escopo deste trabalho questionar o pressuposto da satisfação dos desejos-necessidades humanos como *força motriz* do consumo<sup>70</sup>. No entanto, Menger, em nenhum momento faz referência a satisfação dos *desejos* humanos, como Jevons e Marshall, mas somente às necessidades. Isto é importante pois é um reflexo de sua convicção de que o valor percebido está atrelado à própria condição humana. Inclusive, quando salienta que “não raro somos induzidos a atribuir mais valor a certos prazeres momentâneos intensivos que ao nosso bem-estar permanente, e até mesmo que à nossa própria subsistência”, afirma que “pessoas menos sensatas”, no sentido de menos racionais, fazem “uma avaliação incorreta das prioridades.” (p. 95). O fato de considerar isso como *erro* tem a conotação implícita de que, para ele, isto não faz a regra; até porque, se não fosse assim, a base que sustenta sua teoria do valor – de que, independentemente da vontade humana e, por isso, objetivamente, a satisfação das necessidades faz parte da conservação da vida e do bem-estar – seria desfeita<sup>71</sup>.

Estas diferentes concepções de riqueza e de valor explicam, ainda, as diferenças na compreensão do paradoxo do valor, da formação dos preços, do objetivo da troca, dos objetos de estudo da economia, etc. A *criação do valor*, todavia, depende diretamente da produção (valor-trabalho), ou indiretamente da produção dos “suprimentos” (Jevons) que serão valorados de acordo com o grau de utilidade ou grau de importância. O *mais-valor* permanece atrelado a produção<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> “Ora, o que observamos até aqui, primeiro no caso do indivíduo isolado (na ilha), depois no caso da pequena sociedade de marujos (separados do resto da sociedade humana), tudo isso aplica-se também às situações mais complexas de um povo e sociedade humana em geral.” (Menger, 1988 [1871], p. 87).

<sup>70</sup> Pode-se, entretanto, tecer alguns comentários a este respeito. “Assuntos puramente econômicos” afirma Polanyi (2000 [1944]) “como os que afetam o desejo-satisfação são incomparavelmente menos relevantes para o comportamento de classe do que questões de *reconhecimento social*. O desejo-satisfação pode ser, sem dúvida, o resultado de um tal reconhecimento, especialmente como seu indício ou prêmio exterior. Todavia, os interesses de uma classe se referem mais diretamente à sua posição e lugar, ao status e segurança, isto é, eles são basicamente não-econômicos, mas sociais.” (p. 187, sublinhado nosso). Ademais, é lugar-comum o conhecimento da influência política e sobre os corações e mentes dos europeus que a Igreja Católica Romana teve no período medieval. A *satisfação das necessidades humanas* como saciedade de sua natureza não era cabível ao pensamento dominante do período, pelo contrário, a temperança constituía uma das quatro virtudes cardinais institucionalizadas pela Igreja.

<sup>71</sup> É curioso que são os juízos racionais que escolhem, na maior parte das pessoas, ao passo que nossa vontade, por outro lado, não interfere em nossas necessidades, senão incidentalmente, pois elas derivam dos impulsos e instintos (irracionais, portanto) de nossa natureza. Há de se destacar que há uma premissa moral que sustenta o valor ser subjetivo: é a herança iluminista, como não poderia deixar de ser, de que os humanos são sensatos, racionais e livres, como indivíduos, para escolher o que julgam melhor para suas vidas, de modo que toda escolha é moralmente deliberada – “é a deliberação e não o egoísmo a característica da era moderna.” (Marshall, 1985 [1890], p. 26).

<sup>72</sup> Naturalmente, isto é não é percebido pelos marginalistas pois seu conceito de riqueza é distinto.

O paradoxo do valor entre a água e o diamante é observado pela percepção do valor de troca como forma da riqueza social<sup>73</sup> e, por outro lado, é visualizado pela ótica do consumo, de onde a percepção subjetiva julga pelo critério da escassez e da abundância.

A dicotomia entre o caráter objetivo do valor em um espectro e o caráter subjetivo de outro auxilia, em linhas gerais, a caracterizar a natureza do valor; entretanto, por outro lado, esta distinção esconde importantes sutilezas. Apesar de o “valor ser totalmente subjetivo” (Menger), o subjetivismo é delimitado por circunstâncias objetivas, a conservação da vida e do bem-estar, ou da natureza humana.

Ora, é *condição necessária* que a avaliação subjetiva seja baseada em circunstâncias objetivas; a interpretação (juízo, avaliação, discernimento) dos sujeitos é derivada de uma relação intrincada de suas faculdades com o objeto (mundo humano).

Dito isto, chega-se ao principal *problema* da teoria do valor-subjetivo: explicar como a valoração subjetiva, ou seja, uma avaliação *qualitativa* do valor pode se transformar em quantidades monetárias expressas no preço; as condições quantitativas entre as porções de consumo (utilidade marginal), evidentemente, não são avaliadas em preços, pois a relação se dá entre as quantidades de bens face necessidades.

Conforme Menger (1988 [1871]) “ocorre também que a *medida* para se determinar o valor é de natureza inteiramente subjetiva; por conseguinte (...) determinado bem pode ter grande valor para um indivíduo, valor pequeno para outro e nenhum valor para um terceiro.” (p.94, grifo próprio). Dessa forma, o grau de importância que as pessoas atribuem ao bem é responsável pelo preço.

Se a *medida* do valor é subjetiva, ela é uma medida qualitativa; mas *medida qualitativa* é uma contradição em termos. Em que quantidade o sujeito se baseia para avaliar? Quando avalia o grau de importância, baseia-se na relação do bem com a sua necessidade. Mas como ele sabe o preço que corresponde?

A condição objetiva quantitativa, à avaliação subjetiva, fica evidente em Jevons, na sua *teoria da troca*.

Embora tenha afirmado que o grau final de utilidade corresponde a relação de troca, após a efetivação da operação, quando exemplifica como isto ocorre, nas trocas entre duas comunidades comerciais produtoras de monoculturas, diz “que a relação de troca é aproximadamente de 10 libras de trigo por 1 libra de carne: assim, se para a comunidade comercial que possui trigo, 10 libras de trigo são menos úteis que 1 de carne, aquela comunidade desejará efetuar a troca.” (p. 74). Ora, dessa forma, a utilidade é percebida comparativamente ao preço (relação de troca) em vigor.

---

<sup>73</sup> “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso.” (Marx, 2017 [1890], p. 59).

O princípio da troca ou “o ponto central de toda a teoria da troca” (p. 74) não consegue explicar o estabelecimento das quantidades *correspondentes*, isto é, da relação de troca. Em suma, ao invés de o grau final de utilidade explicar *por que* a relação de troca é de tal proporção, ele explica *como*, no sentido funcional, se dá essa relação.

Marshall, por sua vez, percebeu que os humanos não *valoram quantitativamente* sem uma *referência quantitativa*<sup>74</sup>. Por isso, foi uma consequência necessária de sua teoria o valor ser igual ao valor de troca (ou preço). A partir dos preços, os consumidores avaliam de acordo com as condições de utilidade marginal do bem, da utilidade marginal do dinheiro (de seu orçamento), etc., de tal forma que os preços se equilibram na dinâmica de oferta e procura.

Por outro lado, é disto que advém a concepção de Marshall de que distribuição e troca podem ser mais bem compreendidas observando a dinâmica de preços regulado pela oferta e procura; onde produtores e consumidores, as personificações respectivas de oferta e procura, se tornam os *sujeitos* da teoria económica. A economia se abstrai, por conseguinte, não somente das questões políticas<sup>75</sup>, mas também de questões sociais – a distribuição funcional de rendimentos, principal questão da Economia Política para Ricardo<sup>76</sup>, deixa de ter, neste caso, relevância teórica, a despeito da profunda preocupação moral de Marshall com a pobreza e o pauperismo<sup>77</sup>.

Nos clássicos as esferas da economia que se interpõe entre produção e consumo, isto é, distribuição e troca ou circulação, são analisadas em separado, de modo que as classes económico-sociais que se apropriam da produção total – as personificações dos fatores de produção: arrendatários, capitalistas e trabalhadores –, são observados tanto pela ótica de sua ação política quanto pela sua ação económica – de produzir ou extrair valor.

Como partes componentes na formação dos preços, a teoria do valor-trabalho resolve a questão da *quantidade* monetária expressa nos preços, devido a explicarem a composição dos *custos de produção*, dado que todo insumo, inclusive aqueles extraídos diretamente da natureza, necessitam da incidência de trabalho para tratá-los ou

---

<sup>74</sup> Aliás toda valoração humana depende de um *ponto de referência*: a despeito de sua *capacidade* ou *potência* inegável de autodeterminação, os humanos não estão dissociados das condições gerais aos quais estão submetidos desde sua gênese: linguagem, hábitos – tais como os de alimentação e vestimentas –, cultura, religião, identidade e pertencimento, etc.; ou seja, do mundo humano, de modo que a interpretação subjetiva é desencadeada, também, por fatos do ambiente externo que servem como referencial.

<sup>75</sup> A Economia “abstrai muitas circunstâncias políticas que o homem prático não pode ignorar: ela é, portanto, uma ciência ao mesmo tempo pura e aplicada, mais do que uma ciência e uma arte. E é melhor, para designá-la, servir-se da expressão lata de “Economia”, do que da mais restrita “Economia Política”. (Marshall, 1985 [1890], p. 54).

<sup>76</sup> “Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política.” (Ricardo, 1996 [1821], p. 19).

<sup>77</sup> “Conquanto alguns dos males que comumente vêm com a pobreza não sejam consequências necessárias desta, de uma maneira geral “a perdição do pobre é sua pobreza”, e o estudo das causas da pobreza é o estudo das causas da degradação de uma grande parte da Humanidade. (...) A esperança de que a pobreza e a ignorância possam ser gradualmente extintas encontra de fato grande fundamento no seguro progresso das classes operárias durante o século XIX.” (Marshall, 1985 [1890], p. 24). Marshall tinha profunda confiança no progresso material da sociedade.

transformá-los. Tal como os fisiocratas<sup>78</sup>, estavam convictos de que “o valor das mercadorias está representado nos preços, antes de eles entrarem em circulação, sendo, portanto, *condição* e não resultado dela.” (Marx, 2017 [1890], p. 188, sublinhado nosso).

Pode-se argumentar, com base na teoria do valor-utilidade, nos termos marshallianos, que as preferências dos consumidores que orientam estes preços, pois sem realizar a venda, o ofertante teria que se adequar ao preço que os consumidores estão dispostos a pagar. Em outras palavras, o mercado, através de sua dinâmica de oferta e procura, ajusta o preço à valoração subjetiva dos consumidores<sup>79</sup>.

Para que isso funcione, no entanto, se precisa considerar um horizonte temporal de longo prazo, e, sobretudo, *não considerar* que os novos produtos são engendrados, via de regra, pelo próprio movimento interno da economia<sup>80</sup> e não por uma adaptação ao gosto dos consumidores – o que, contraditoriamente, Marshall tinha ciência que era uma falácia, embora Jevons não<sup>81</sup>.

A adoção das necessidades humanas como paradigma levou Menger, por exemplo, a percorrer o seguinte caminho: indivíduos; necessidades; bens; bens económicos; valor; economia humana; ordem jurídica; propriedade privada<sup>82</sup>.

Derivando a teoria da troca a partir dos indivíduos, e considerando o valor-subjetivo como pressuposto, outra mudança fundamental ocorre na interpretação da teoria económica, a saber: o “motor” do sistema capitalista não é o lucro, mas as necessidades<sup>83</sup>.

---

<sup>78</sup> “Não são os contratantes que decidem sobre o valor; este está decidido antes do ajuste.” (Le Trosne, 1846, p. 906 como referido em Marx, 2017 [1890], p. 188).

<sup>79</sup> “A *longo prazo*, o preço que um negociante ou um industrial pode oferecer em pagamento de uma coisa depende dos preços que os consumidores pagarão por ela ou pelas coisas feita com ajuda da mesma. *O regulador último de toda a procura é, portanto, a procura dos consumidores.*” (Marshall, 1985 [1890], p. 97, sublinhados nossos).

<sup>80</sup> “Certamente devemos sempre começar da satisfação das necessidades, uma vez que são o fim de toda produção, e a situação económica dada em qualquer momento deve ser entendida a partir desse aspecto. No entanto as inovações no sistema económico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Não negamos a presença desse nexos. Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança económica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a *mudança*.” (Schumpeter, 1997 [1926], p. 76, sublinhado do autor).

<sup>81</sup> “Só trabalhamos para produzir com o único objetivo de consumir, e as espécies e quantidades dos artigos produzidos devem ser determinadas em relação ao que queremos consumir. Todo fabricante sabe e sente com que exatidão precisa antecipar os gostos e necessidades de seus clientes: todo o seu sucesso depende disso; e, da mesma forma, a teoria económica deve começar por uma teoria correta do consumo.” (Jevons, 1988 [1879], p. 48).

<sup>82</sup> Isto explica sua trajetória metodológica de análise: “Se e em que condições uma coisa tem *utilidade* para mim, se e em que condições essa coisa representa um *bem*, se e em que condições é um *bem económico*, se e em que condições essa coisa tem *valor* para mim, se e em que condições existe uma *troca económica* de bens entre dois agentes e a definição de *limites dentro dos quais*, por esse processo, se chega à formação do preço.” (Menger, 1988 [1871], pp. 30-31, sublinhados do autor).

<sup>83</sup> Schumpeter (1984 [1942], p. 112) está correto quando diz que “o impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria.” Este movimento, protagonizado pela empresa capitalista, entretanto, tem no lucro futuro, sua finalidade.

Neste sentido, Jevons (1988 [1879], p. 96) entende que o comércio internacional não depende dos *termos de troca* estabelecidos<sup>84</sup> pois “um país não é apenas como uma grande empresa mercantil que compra e vende mercadorias, e tira proveito da diferença de preços; ele compra mercadorias para *consumi-las*. ” Dessa forma, “ao se estimar o benefício que um consumidor obtém de um bem, deve-se levar em conta a utilidade total, e não o grau final de utilidade do qual dependem os termos da troca. ” (p. 96, sublinhado nosso).

Logicamente, como as mercadorias adquiridas pelos indivíduos do Estado serão consumidas no seu seio, as trocas internacionais devem ser realizadas quando “há um ganho líquido considerável de utilidade, que é o *objetivo real* da troca” e, por isso, a utilidade total deve ser diferenciada do preço do bem<sup>85</sup>. “Uma das consequências mais importantes dessa teoria [da troca] é a de que a relação de troca não dá nenhuma indicação do *benefício real* obtido com a ação da troca. ” (Jevons, 1988 [1879], p. 95, sublinhado nosso). Disto, Jevons infere “que ninguém comprará algo a menos que espere vantagem da aquisição, e portanto a perfeita liberdade de troca tende à maximização da utilidade. ” (p. 96).

Todavia, da perspectiva do produtor, qual é o objetivo da troca? Lucrar ou produzir utilidades? Pode-se argumentar que o lucro é fruto dos objetos úteis. Mas há de se convir que ao produtor ou comerciante, é irrelevante se o comprador foi ludibriado pela publicidade ou se terá pequena ou extensa utilidade ao usufruir do objeto, o importante é a receita e o resultado financeiro consequente, racionalmente contabilizado no balanço financeiro. O rendimento derivado dos preços de venda, ou seja, o lucro é “a diferença entre dois conjuntos de preços, o preço dos bens produzidos e seus custos, i.e., o preço dos bens necessários para produzi-los. ” (Polanyi, 2000 [1944], p. 90).

“Mercadorias [isto é, valores de uso] não são o objetivo final das operações mercantis do capitalista (...) seu objetivo final é o dinheiro. ” (Th. Chalmers, 1832, p. 165, 166<sup>86</sup>). Em outras palavras, para lucrar, ou para *quem* lucrar, não é a utilidade que tem importância, é a “relação de troca” ou o “valor de troca”.

Isto era claro para Smith (1996 [1776]): “por vantagem ou ganho entendo não o aumento da quantidade de ouro e prata” – em oposição a conceção de *riqueza* que, segundo o próprio, os mercantilistas tinham – “mas o aumento do *valor de troca* da produção anual da terra e da mão-de-obra do país, ou seja, o aumento da renda anual de seus habitantes. ”

---

<sup>84</sup> Jevons iria ensinar a Alexander Hamilton, um dos *founding fathers* estadunidenses, que estava errado quando reclamou, em 1791, das condições de troca desfavoráveis que o seu país, predominantemente agrário à época, estava submetido no comércio com a Europa: “*In such a position of things, the United States cannot exchange with Europe on equal terms; and the want of reciprocity would render them the victim of a system, which should induce them to confine their views to agriculture, and refrain from manufactures.* ” (Hamilton, 1791/1901, p. 25 como referido em Peukert, 2017, p. 12).

<sup>85</sup> Cabe destacar que este é o mesmo princípio do *excedente do consumidor* marshalliano. Esta inferência dos neoclássicos é oriunda diretamente da sua teoria do valor.

<sup>86</sup> Como referido em Marx (2017 [1890], p. 183).

(p. 487, sublinhado nosso)<sup>87</sup>. Para Weber (1968 [1923]), entretanto, esta é uma interpretação equivocada do pensamento mercantilista: O “mercantilismo significa a transferência do interesse do *lucro* capitalista para a política. O Estado procede como se estivesse única e exclusivamente integrado por empresários capitalistas” de modo que “trata-se de um erro admitir-se que os teóricos e estadistas do mercantilismo hajam confundido a posse de metais preciosos com a riqueza de um país. Sabiam muito bem que a capacidade tributária é o manancial dessa riqueza” e, conseqüentemente, “se preocupavam de reter em suas terras o dinheiro que ameaçava desaparecer com o comércio.” (pp. 304-305, sublinhado nosso).

Não obstante esta divergência, quer-se chamar a atenção que tanto Smith quanto os mercantilistas – no modo referido por Weber – entendem que o objetivo do Estado moderno, tal como de seus integrantes, é a *apropriação da riqueza*, de forma que ao aumentar “o *valor de troca* da produção anual da terra e da mão-de-obra” aumenta “a capacidade tributária”, isto é, “o manancial dessa riqueza.”<sup>88</sup>

A conceção de riqueza individual distorce isto; do ponto de vista do consumidor, não é a riqueza, oriunda das relações de troca, que *interessa* no comércio.

Estes são alguns dos desdobramentos teóricos decorrentes de assumir a satisfação dos desejos-necessidades como axioma central, que fornece uma visão unilateral da economia. Ao partir destas perspectivas individuais para enxergar a totalidade económica, o resultado, necessariamente, é uma visão míope<sup>89</sup>.

Não se exclui, por conta disso, a relevância de compreender a ação ou o comportamento dos humanos, seja como consumidores, produtores ou, mais complexamente, como seres políticos, mas quer-se salientar que existem limitações inerentes a esta perspectiva de análise – além de não se considerar legítimo encaixar as ações humanas em “deduções lógicas” que, em verdade, estão imbuídas de uma filosofia moral específica; as variáveis microeconómicas devem estar submetidas à análise sistémica, e não o contrário.

---

<sup>87</sup> Cabe dizer que isto era claro para os clássicos, de modo geral, conforme passagem de Maltus (1815), já referida anteriormente: “Acabamos ao mesmo tempo com a importantíssima distinção entre *custo* e *valor* e tornamos quase impossível explicar, com clareza, o *principal estímulo para a produção de riqueza*, que efetivamente depende dessa distinção.” (cap. II, p. 30, grifo próprio, como referido em Ricardo, 1996 [1821], p. 46).

<sup>88</sup> Nos termos e condições contemporâneos, a capacidade de tributação do Estado, sua fonte de riqueza e poder, depende do produto interno, do rendimento produzido em seu território, e do produto nacional; sua capacidade de financiamento através de endividamento e de emissão de moeda também está atrelada ao volume deste rendimento, numa relação interdepende. Ao Estado, portanto, é trivial a utilidade obtida no consumo.

<sup>89</sup> Os agregados macroeconómicos, as variáveis dos modelos analíticos primordiais de Michal Kalecki e John M. Keynes, isto é, as noções de demanda agregada, emprego e rendimentos, gasto e investimento público, utilização da contabilidade social como base à análise da Balança de Pagamentos e sua influência direta no câmbio, na moeda, nos juros e no crédito, etc., todas essenciais para perceber o funcionamento da economia nacional, são meras abstrações sem correspondência com a realidade, se enxergadas pela ótica individual. Isto explica, parcialmente, por que alguns seguidores de Menger rejeitam a teoria macroeconómica como forma epistémica.

Por fim, cada tese ilumina o fenómeno do valor por *ângulos distintos*: enquanto uma chega ao valor pela produção, os outros chegam pelo consumo e Marshall sincretiza-os na circulação, sem, entretanto, se desprender do valor-subjetivo. Isto evidencia o antagonismo do valor.

A principal divergência entre as teorias económicas, em verdade a divergência de onde proveem muitas das demais divergências, está diretamente relacionada a isto. Ora, enquanto Smith, Ricardo e Marx partem da análise das condições sociais da produção, Jevons, Menger, e Marshall partem da satisfação das necessidades, ou do consumo do indivíduo. Estas diferentes *perspetivas de análise*, a primeira *partindo* da produção social e a segunda do consumo individual, norteiam, portanto, as interpretações.

Colocando noutros termos, as divergências repousam sobre a *metodologia* de análise que, por um lado, parte de uma conceção *holística* e, por outro lado, de uma conceção *reducionista*. Chega-se, assim, a uma resposta mais satisfatória, embora ainda incompleta, sobre o antagonismo da teoria do valor; o qual, por ser o próprio fundamento da teoria económica, está estritamente relacionado ao método da investigação – o que elucida a passagem de Ricardo<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> “Eis uma doutrina de extrema importância na Economia Política; pois de nenhuma outra fonte brotam tantos erros nem tanta diferença de opinião, nesta ciência, quanto das ideias confusas que estão associadas à palavra valor.” (Ricardo, 1996 [1821], p. 25).

## 4. Metodologia

Sem compreender o que legitima, isto é, o que está por detrás das diferentes metodologias, não se entende, por completo, o antagonismo na questão do valor, tão pouco as demais divergências subjacentes às teorias económicas. A metodologia, há de se destacar, não se reduz à perspectiva de análise, isto é, holismo, de um lado, e reducionismo de outro; por serem o ponto de partida acabam por desempenhar função de destaque, mas, elas estão baseadas, explícita ou implicitamente, em conceções ontológicas e epistemológicas<sup>91</sup> – que precisam ser iluminadas.

A partir disso esta discussão disporá de conteúdo suficiente para estabelecer, muito brevemente, suas diretrizes metodológicas sobre as quais se possa, na próxima secção, repensar o valor económico, bem como os demais fundamentos da teoria económica que foram a ele relacionados.

Além da lacuna que os marginalistas perceberam na teoria económica pela falta de um adequado enquadramento quanto ao consumo, outras questões, tão ou mais relevantes, estão relacionadas a *obliteração metodológica*, por volta do terceiro quartel do século XIX, face aos clássicos; Marshall (1985 [1890]) elenca duas: “a adoção de métodos mais exatos no estudo da Economia”, os quais, incentivados pelo uso da linguagem matemática<sup>92</sup>, suscitaram “a preocupação de estabelecerem nitidamente as premissas sobre as quais” se raciocinava; e, “uma atenção maior à questão se a nossa crescente riqueza não pode fazer mais do que faz na *promoção* do bem-estar geral.” (p. 92, sublinhado do autor).<sup>93</sup>

A “adoção de métodos mais exatos” é de *importância central*. O método das ciências da natureza, em especial da ciência física, alcançava, no respetivo contexto histórico, um reconhecimento geral como forma epistemológica do conhecimento, sobretudo devido as invenções técnicas, ou seja, a manifestação prática daquele conhecimento teórico<sup>94</sup>.

---

<sup>91</sup> Ontologia, em linhas gerais, significa teoria do ser; utilizar-se-á, sobretudo, no sentido da natureza da realidade económica e prática científica. A epistemologia é a teoria do conhecimento ou formas de conhecimento, e também tem a conotação de teorias aceitas como portadoras de conhecimento. Metodologia, por sua vez, não se refere aos procedimentos da atividade de pesquisa, mas da perspectiva de análise, na aceção *lata*.

<sup>92</sup> “Se a Economia deve ser, em absoluto, uma ciência deve ser uma ciência matemática. Existe muito preconceito em relação às tentativas de introduzir os métodos e a linguagem da Matemática em qualquer dos ramos das ciências morais. (...) Nossa ciência deve ser matemática, simplesmente porque lida com quantidades. Onde quer que os objetos tratados sejam passíveis de ser *maior* ou *menor*, aí as leis e relações devem ser matemáticas por natureza.” (Jevons, 1988 [1879], p. 30, sublinhado do autor).

<sup>93</sup> Marshall estava, neste sentido, como em outros em que seu espírito humanístico prevalecia, se afastando do julgamento moral a qual os pobres e paupérrimos eram submetidos na Grã-Bretanha.

<sup>94</sup> É verdade que a ciência moderna se estabeleceu virtuosamente ao menos desde a constituição da *Royal Society*, no século XVII e o método científico desde *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* (1687), de Newton – vale lembrar que o pai do método científico, Galileu Galilei, foi condenado pela Inquisição por defender, em *Diálogo sobre os Dois Principais Sistemas Mundiais* (1632), o sistema copernicano; além disso, a afirmação política iluminista usufruía das descobertas e da epistemologia científica ante o obscurantismo católico da forma *revelada* de conhecimento.

Além disso, o desprezo dos homens práticos pela teoria econômica se lhes apresentava como um sintoma da falibilidade da ciência da Economia Política<sup>95</sup> – independentemente do fato de que a intervenção prática das ciências naturais é incidental à sua forma de conhecer e que aos homens de negócio não interessa, para seus fins comerciais, se o Sol gira em torno da Terra ou de onde provém o valor que dá origem ao seu lucro líquido<sup>96</sup>.

Esta combinação, de desprezo pela ciência da Economia e sucesso incontestável das ciências naturais, fê-los adotar o método científico como paradigma<sup>97</sup>. Ao tornar seu ponto de referência epistêmico, os autores marginalistas são influenciados a refletir sobre a natureza da ciência e da realidade em questão sabendo o método de antemão, ou seja, o método precede a ontologia; isto tem um efeito direto sobre sua investigação, pois, a despeito de terem claro que “todo método recebe sua natureza específica a partir do setor científico a que se aplica – razão pela qual não se pode, a rigor, falar de uma orientação científico-natural no caso da Economia” (Menger, 1988 [1871], p. 30, sublinhados nossos), tentam adequar àquele método e seus instrumentos – como Jevons com a linguagem matemática “indispensável em outras ciências” (p. 31) – à ciência econômica.

Assim sendo, alguns pontos em comum caracterizam o método de Jevons, Menger e Marshall: *reducionismo*, onde o indivíduo é selecionado como elemento e ponto de partida da análise; *empirismo*, como observação da experiência concreta; e, *objetividade*. Esta objetividade contém dois sentidos diretamente relacionados: o afastamento das questões morais do escopo da ciência econômica<sup>98</sup> e a percepção de isenção dos próprios investigadores quanto a influência de questões morais na pesquisa.

Os humanos e, por conseguinte, os investigadores, estão submetidos à organização social tanto quanto estão, analogamente, submetidos ao tempo ou a gravidade. A diferença entre as *condições naturais* e as *condições sociais* é, obviamente, substancial; o tempo e a gravidade transcendem a espécie humana, enquanto o sistema social é produto de sua

---

<sup>95</sup> “Se os homens da prática, ao desenvolverem suas atividades econômicas concretas, descaram das pesquisas até agora feitas pela ciência, e se baseiam simplesmente em sua experiência concreta (...) o motivo dessa indiferença tão visível só pode estar no estado atual da nossa própria ciência (a da Economia Política), na esterilidade dos esforços até agora feitos para descobrir os *fundamentos empíricos da mesma*.” (Menger, 1988 [1871], p. 29, sublinhados nosso).

<sup>96</sup> “O que, na prática, interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela sua.” (Marx, 2017 [1890], p. 133).

<sup>97</sup> “Como a *teoria perfeita* de quase todas as outras ciências”, afirma Jevons (1988 [1879]), “envolve o uso daquele cálculo [matemático], não podemos, então, ter uma verdadeira teoria da Economia sem seu auxílio.” (Jevons, 1988 [1879], pp. 30-31, sublinhado nosso). Menger (1988 [1871]), por sua vez, diz que “aplicamos, pois, o método de pesquisa utilizado nas ciências naturais, o que tem *conduzido a resultados tão positivos*” – método este que “deveria denominar-se *método empírico*”, por ser “comum a todas as ciências baseadas na experiência.” (Menger, 1988 [1871], p. 30, sublinhado nosso). Marshall (1985 [1890]), também, em diversos momentos demonstra sua admiração e inspiração: “o bom estudante das ciências físicas não se satisfaz, tampouco, com uma simples análise geral; ele está sempre tentando dar-lhe um cunho quantitativo e colocar cada elemento do problema na sua devida proporção.” (p. 55).

<sup>98</sup> Jevons assume explicitamente sua teoria no cálculo do prazer e da dor; mas a relação da ética com a economia, se limitou, em sua análise, a isto. Para Menger, entretanto, “problemas morais e jurídicos ultrapassam o escopo da Economia Política”. Enquanto Marshall a diferencia como ciência analítica e não ciência moral.

intervenção e só pode existir, nas suas mais diversas formatações, enquanto perpetuar a espécie. Ora, as condições naturais, físicas, químicas, fisiológicas, biológicas, são relativamente as mesmas para toda a humanidade, enquanto as condições sociais – políticas, económicas, psicológicas, morais, espirituais, sociais, etc. – são diversas, tanto no espaço quanto no tempo, o que limita a objetividade, devido as percepções subjetivas serem influenciadas pela relação entre sujeito e objeto<sup>99</sup>.

Como todos os marginalistas reconhecem, o experimento das ciências da natureza não é mutável como quando se lida com a “natureza humana” ou com a sociedade. Abstendo-se, por ora, de como são observadas, as regularidades naturais (determinísticas ou probabilísticas) são uma constante, quando comparadas às sociais.

Independente disto, Marshall (1985 [1890]) afirma que para as leis económicas serem *generalizáveis* ou universais, tais como as leis da física, as proposições necessitam ser esvaziadas de conteúdo, isto é, serem *amplas* e não *restritas* a casos particulares.

A observação é obtida para ele, como em Menger<sup>100</sup>, a partir da realidade empírica, ou seja, da experiência concreta vida cotidiana. Esta “observação empírica”, por ser factual, tem grande sendo de realismo. Mas a vida ordinária é delimitada por condições sociais particulares, muitas delas, *fatos* peculiares. Desse modo, este empirismo, diferentemente da experiência obtida a partir da natureza, irá propiciar uma visão muito limitada sobre os fenômenos observados, pelo fato de refletirem a *ação circunscrita* a um *espaço* e um *tempo* específicos, que possuem, por isso, *condições sociais* igualmente específicas. Uma falha de seu método repousa sobre esta generalização, pois, embora possam apresentar características comuns “universalizantes”, não há como desvinculá-la das características particulares que lhe basearam.

Jevons (1988 [1879]), propõe uma combinação entre a “observação, dedução e indução da maneira mais completa e perfeita”, naquilo que denomina Método Completo parte de *axiomas* indutivos sobre os *indivíduos*, que podem ser intuitivos ou embasados nas ciências psicológicas e físicas<sup>101</sup>. A partir desta premissa, e desde que se tenham *dados estatísticos* disponíveis, são deduzidas hipóteses até que se chegue, logicamente, a

---

<sup>99</sup> Para se perceber um efeito disto: segundo Robeyns (2013) o ótimo de Pareto ou a eficiência de Pareto – postulado amplamente utilizado pela ortodoxia económica –, por exemplo, aparenta objetividade, neutralidade, ao sugerir que uma melhoria da utilidade ou bem-estar (sinónimos para os neoclássicos) dos indivíduos somente ocorre quando for aumentada sem que nenhum dos envolvidos seja prejudicado. A autora argumenta que, dessa forma, o critério de Pareto *legitima a condição inicial dada* e, por ser de carácter quantitativo, um aumento pode não ser necessariamente eficiente. É por meio deste modo de raciocínio que os conceitos de *bem-estar* e *eficiência* são assimilados como preceitos científicos quando, em verdade, estão imbuídos de juízo de valor.

<sup>100</sup> “Procuramos *reduzir* os complexos fenômenos da economia humana aos *elementos* mais simples, ainda acessíveis à *observação* segura, dar a cada um desses elementos simples o peso que por natureza lhes cabe”, para então, a partir disso, “investigar novamente como os fenômenos económicos mais complexos *evoluem normalmente a partir de seus elementos mais simples*.” (Menger, 1988 [1871], p. 30, sublinhados nossos).

<sup>101</sup> “A ciência da Economia, contudo, é de alguma forma peculiar, devido ao fato, indicado por John Stuart Mill e Cairnes, de que conhecemos suas *leis fundamentais* imediatamente pela *intuição*, ou, de qualquer forma, nos serão fornecidas já elaboradas pelas outras ciências psicológicas ou físicas.” (Jevons, 1988 [1879], p. 36, sublinhado do autor).

explicações sobre as leis que regulam os fatos observáveis, de modo que “a concordância final de nossas inferências com as observações *a posteriori* ratifica nosso método.” (p. 36, sublinhado do autor).

Todavia ressalta a impossibilidade, nas Ciências Sociais, de se observar os efeitos atuando isoladamente pois não pode-se isolá-los, como em laboratório (sistema fechado), das demais causas. Mas para Jevons isto é contornado, desde que as premissas sejam verdadeiras e que não haja qualquer vestígio, na observação *posterior*, que contradiz as inferências obtidas. Ora, isto não significa prova de relação causal ou que, sequer, seja a *única* causa do efeito ou, ainda, que seja a *principal* causa; ele desconsidera, dessa forma, o fato de que *correlação observacional não implica causalidade*<sup>102</sup>.

Quanto ao método de Marshall, verifica-se que o ponto de partida é a análise dos “desejos, aspirações e outras manifestações da natureza humana, cujas exteriorizações aparecem como incentivos à ação” (p. 33), de modo que se pode medir indiretamente estas exteriorizações, “pela soma de dinheiro que essa pessoa despenderá para obter uma desejada satisfação, ou, do mesmo modo, pela soma necessária para induzi-la a suportar uma certa fadiga.” (p. 34).

Desse modo, obtém-se *tendências* ou *leis* causais, ou seja, pode-se dizer que “a reação a se esperar, *sob certas condições*, da parte de membros de um grupo industrial, é a *ação normal* dos membros desse grupo relativamente àquelas condições.” (p. 34, sublinhado do autor).

Através dos preços, por exemplo, se pode saber, indiretamente, o valor que as pessoas atribuem as suas necessidades, pois só irão adquirir as mercadorias se estiverem dispostas a pagar por elas. Mas para contrabalançar as diversas peculiaridades das ações individuais, médias suficientemente amplas, de acordo com o recorte de determinados grupos, são necessárias<sup>103</sup>.

Entretanto, isto não significa que o motivo da ação, isto é, a *motivação* seja qualitativamente igual, de modo que, como Weber salienta, não se poderia, neste caso, construir categorias de tipos médios – sendo elas “estranhas à realidade”<sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> Um exemplo elucidativo disto é fornecido por um estudo que encontra correlação estatística positiva entre o gene dos povos europeus e o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e conclui, a partir disto, que a causa dessa observação estatística é devida a uma superioridade genética europeia. Ver Ager, P. & Brueckner, M. (2018). Immigrants' Genes: Genetic diversity and economic development in the United States. *Economic Inquiry*, 56, (2), 1149-1164. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ecin.12540>. Cabe salientar, neste contexto, que a *econometria*, um conjunto de ferramentas descritivas de análise estatística, está sendo desvirtuada de sua “função original” para ser indevidamente apropriada como forma de *reconhecimento de relações causais*.

<sup>103</sup> “As formas gerais das leis da Economia são as mesmas no caso de indivíduos e nações; e, na realidade, é uma lei operando no caso de grande número de indivíduos que dá origem ao conjunto, representado nas transações de uma nação.” (Jevons, 1988 [1879], p. 29).

<sup>104</sup> “Somente se podem construir “médias” e, portanto, “tipos médios” quando se trata de diferenças de *grau* entre ações qualitativamente *iguais*, determinadas por um sentido. Existem tais casos. Na maioria das vezes, porém, as ações histórica ou sociologicamente relevantes estão influenciadas por motivos qualitativamente *heterogêneos*, entre os quais não se pode obter uma “média” propriamente dita. As construções *típico-ideias* da ação social feitas pela teoria econômica por exemplo, são, portanto, “estranhas à realidade” no sentido de que –

Mas há uma outra característica, relativa a própria essência deste método que o torna “estranho à realidade”. Ora, “diz-se às vezes que as leis da Economia são “hipotéticas”. Naturalmente”, afirma Marshall (1985 [1890], p. 48), “como qualquer outra ciência, ela trata de estudar os efeitos que serão produzidos por certas causas, não de um modo absoluto, mas sob a condição de que as outras coisas sejam iguais, e de que as causas possam produzir os seus efeitos sem perturbações.”

Ora, o método científico lida com uma *natureza hipotética*<sup>105</sup>. As condições de suas experimentações, para teste de hipótese, são controladas em *sistemas fechados*. O mecanismo causador do efeito é isolado, em laboratório, e, portanto, abstraído de sua condição natural para que, posteriormente, a regularidade empírica observada seja testada na natureza – um sistema aberto. Mas a própria natureza continha as condições que o investigador isolou para perceber a relação causal.

Embora reconhecesse, e tinha uma profunda preocupação com isto, as condições complexas sob as quais o economista tinha que realizar suas abstrações<sup>106</sup>, Marshall não visualizou o problema de se lidar com uma economia hipotética.

Cabe salientar que análises sobretudo como as suas, mais profundas e coerentes, podem ser relevantes, dentro dos limites estabelecidos pelas condições sociais – institucionais, morais, legais, de convenção e de costume –, sobretudo quanto a *projeção* de cenários possíveis, onde se isolam determinadas variáveis, mantendo as demais constantes, e analisam-se as possíveis variações dos termos selecionados; o melhor exemplo disto são as análises de Marshall sobre oferta e demanda nos diferentes *horizontes temporais*. Este tipo de análise *estática* tem uma grande relevância prática, pois fornece algum *grau de confiança* à previsibilidade, tão fundamental para os negócios humanos, sobretudo os comerciais.

Entretanto, a capacidade de controle e previsão dos fenômenos – tal como a teoria da gravidade newtoniana, a qual calcula perfeitamente as órbitas de quaisquer corpos

---

neste caso – costumam perguntar: como se *agiria* no caso ideal de uma racionalidade puramente orientada por um fim, o econômico, para poder compreender a ação real determinada, *também*, pelo menos em parte, por inibições ligadas à tradição, por elementos afetivos, por erros, por considerações e propósitos não-econômicos. ” (Weber, 1991 [1922], p. 13, sublinhados do autor).

<sup>105</sup> “Se, portanto, a ciência de hoje, em sua perplexidade, aponta as conquistas da técnica para «provar» que estamos lidando com uma «ordem autêntica» dada na natureza, parece ter caído num círculo vicioso: os cientistas formulam hipóteses para conciliar seus experimentos e em seguida empregam esses experimentos para verificar as hipóteses; e é óbvio que, durante todo o tempo, estão lidando com uma natureza hipotética. Em outras palavras, o mundo da experimentação científica sempre parece capaz de tornar-se uma realidade criada pelo homem. ” (Arendt, 2007 [1958], pp. 300-301). A perplexidade referida pela autora diz respeito as descobertas da física quântica. Quando Heisenberg definiu o *princípio da incerteza* – verificou que a realidade observável, no universo do muito pequeno, *depende* do investigador, pois o ato de medir afeta a posição e velocidade da partícula – os maiores físicos da época, Planck, Schrodinger e Einsten, ficaram extremamente desconfortáveis com a constatação. (Gleiser, 1997, pp. 303-304).

<sup>106</sup> Marshall (1985 [1890], p. 49) afirma, corretamente, “ainda que a análise econômica e o raciocínio geral sejam de larga aplicação, contudo cada época e cada país têm seus próprios problemas; e cada mudança nas condições sociais é provável que exija novo desenvolvimento das doutrinas econômicas. ” Entretanto, para o autor, esta constatação é apenas uma ressalva, para delinear os limites de seu método.

celestes do sistema solar – não funciona na Ciência Social, pelo facto da “mudança histórica, pela qual as condições sociais se tornam “indivíduos” históricos no tempo histórico.” (Schumpeter, 1997 [1926], p. 70). A natureza desta realidade é *dinâmica*, aberta, complexa, incerta, etc. Para a teoria económica, ao menos se se quiser que a teoria, como uma interpretação abstrata da realidade, interprete, de facto, a realidade económico-social<sup>107</sup>, seu método deve ser elaborado a partir desse entendimento<sup>108</sup>.

Isso fica ainda mais evidente quando considerada a perspectiva de análise, num sentido mais profundo, pois “o economista, como todos aqueles que estudam a Ciência Social, tem que se ocupar dos indivíduos sobretudo como membros do organismo social”, pois “a vida em sociedade é algo mais que a soma da vida dos indivíduos.” (Marshall, 1985 [1890], p. 40).

Apesar desta correta constatação, Marshall, paradoxalmente, assim como os demais marginalistas, reduzem o indivíduo como o elemento deste organismo social<sup>109</sup>. Os indivíduos, porém, não podem ser analisados isoladamente, para se interpretar o todo, por uma razão ontológica, suficientemente clara para Aristóteles: que o humano só pode viver e se realizar como humano em sociedade, de modo que seleccioná-lo individualmente, como elemento, extraí-lo, abstratamente, de sua condição existencial, analisá-lo, e, a partir disso, conceber generalizações é um exercício mental *ilegítimo*, por não ter correspondência real<sup>110</sup>.

O ser humano se *individualiza*, em sociedade, em dois sentidos: no sentido da própria condição humana, dado só os seres humanos conhecerem sua finitude e, por conseguinte, serem “«os mortais», as únicas coisas mortais que existem porque, ao contrário dos animais, não existem apenas como membros de uma espécie cuja vida

---

<sup>107</sup> “Quando for simplesmente uma questão de tornar inteligível o desenvolvimento ou seu resultado histórico, de elaborar os elementos que caracterizam uma situação ou determinam uma saída, a teoria económica no sentido tradicional não tem quase nada com que contribuir.” (Schumpeter, 1997 [1926], p. 71). Por isso que a teoria económica, no sentido tradicional, não tem muito o que dizer sobre capitalismo e desenvolvimento económico, a despeito de que suas conclusões são, muitas vezes, generalizadas para vários países e várias épocas.

<sup>108</sup> Fucidji (2012, p. 5) propõe, neste contexto, uma ““guinada ontológica” em metodologia económica, ou seja, a consideração de questões sobre a natureza dos objetos de pesquisa económica e da adequação dos métodos ao tratamento destes objetos – em que o método é que deve ser adequado ao objeto, e não o contrário.”

<sup>109</sup> “É verdade que a ação do todo é formada pela ação das partes que o constituem, e que, na maioria dos problemas económicos, o melhor *ponto de partida* se acha nos motivos que afetam o indivíduo, considerando, por certo, não um átomo isolado, mas um membro de determinada profissão ou de um grupo industrial. Mas é verdade, também, como alguns autores alemães bem o frisaram, que o economista deve se preocupar grandemente, e cada vez mais, com a consecução coletiva de certos fins importantes.” (Marshall, 1985 [1890], p. 40, sublinhado nosso). Todavia, note-se, o autor agrupa os indivíduos, mas parte deles para deduzir as leis ou tendências. Os coletivos que se refere, por outro lado, têm influência, além dos economistas alemães referidos, da organização política dos trabalhadores e sindicatos patronais, de sua época.

<sup>110</sup> “O homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um vil ou superior ao homem. (...) Na ordem da natureza, o Estado se coloca antes da família e antes de cada indivíduo, pois o todo deve, forçosamente, ser colocado antes da parte. (...) Evidentemente o Estado está na ordem da natureza e antes do indivíduo; porque, se cada indivíduo isolado não se basta a si mesmo, assim também se dará com as partes em relação ao todo.” (Aristóteles, 2005, pp. 15,16).

[relativamente] imortal é garantida pela procriação<sup>111</sup>” (Arendt, 2007 [1958], p. 27); e, na história recente, no sentido económico-social, quando, na “sociedade civil”, o comércio e o aumento da divisão social do trabalho permitiram que as pessoas se tornassem “independentes entre si. Esta condição de independência recíproca não existe entre os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma velha comunidade indiana ou de um estado inca, etc.” (Marx, 2017 [1890], p. 112) – numa época que o *corpo social* passou a ser visto como a união de interesses individuais (Arendt), inclusive pelos clássicos. Neste sentido, económico-social, os humanos só podem manter-se individualizados enquanto se mantiverem as condições permissíveis.

Mesmo que em condições sociais *dadas*, partir do indivíduo para interpretar o todo significa ignorar o fato de que a História não se desenvolve pelo conjunto da ação individual, não no sentido de “somadas” ou “médias” de suas partes, mas antes pelo todo “sobre-humano”, resultado de uma combinação entre as relações intersubjetivas – naquilo que Arendt (2007 [1958]) denomina *teia de relações humanas*, isto é, o fato de que toda ação humana é desenvolvida a partir de relações preexistente, “com suas *inúmeras vontades e intenções conflitantes*” (Arendt, 2007 [1958], p. 196, sublinhado nosso) – e as mediações (inclusive as limitações a ação) interpostas pelo mundo humano objetivo.

Eis, pois, a razão do reducionismo empregado na ciência económica ser míope: deixa de perceber que o movimento do *todo*, em conjunto, produz a realidade económico-social, que independe das suas *partes* componentes isoladas – considerando, claro, estas partes como os indivíduos, tal como o fizeram. Mas um sistema, que pode ser conceitualmente definido como um conjunto de *elementos* interdependentes que formam um todo organizado, não funciona sem os elementos que o compõe; o que ocorre neste aparente contrassenso é que entre os indivíduos e a sociedade, como um todo, existe uma quantia de elementos intermediários: o real ou “concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas *determinações* [e relações] e, por isso, é a unidade do diverso.” (Marx, 1979 [1857], p. 57)<sup>112</sup>. Estes elementos ou determinações só podem ser descobertos partindo da análise do todo.

Historicamente, por exemplo, no século XVII, o método da Economia Política parte “sempre do todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; no entanto, acabam sempre por descobrir, mediante análise, um certo número de relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc.” Após estabelecidos “e mais ou menos elaborados estes fatores começam a surgir os sistemas económicos que, partindo de noções simples – trabalho, divisão do trabalho, necessidade,

---

<sup>111</sup> “A natureza garante a eterna recorrência (*períodos*) da espécie, mas não pode garantir ao indivíduo a mesma eternidade.” (Aristóteles, *Economia 1343b24* como referido em Arendt, 2007 [1958], p. 27).

<sup>112</sup> “O processo social, na realidade, é um todo indivisível. De seu grande curso, a mão classificadora do investigador extrai artificialmente os fatos económicos. A designação de um fato económico já envolve uma abstração, a primeira entre muitas que nos são impostas pelas condições técnicas da cópia mental da realidade.” (Schumpeter, 1997 [1926], p. 23).

valor de troca – se elevam até ao Estado, à troca entre as nações, ao mercado universal. Eis”, o autor conclui, “manifestadamente, o método científico correto.” (Marx, 1979 [1857], p. 56). É particularmente este o método holístico empregado, também, por Smith e Ricardo.

Desse modo, se considerando esta totalidade, o método da Economia Política, no sentido clássico do termo, possui uma vantagem ontológica em relação ao da Economia ou ciência económica<sup>113</sup>.

Além do reducionismo, o método científico empregado, generaliza tendências que são, quando muito, unilateralmente verdadeiras, construindo uma economia hipotética.

Embora a concepção holista da economia e sociedade, como visto durante este tratado, evite ilegitimidades ontológicas, é perfeitamente possível que seja hipotética<sup>114</sup>. Portanto, além de assumir a perspectiva holística adotada pela Economia Política clássica e pré-clássica é importante assegurar que as induções e deduções estejam *radicadas* na realidade empírica – não na observação da experiência prática, cujo espaço e tempo limitam os fatos, mas na observação dos fatos e dados no curso do tempo, na História. A ontologia (dinâmica, aberta, complexa, incerta, etc.) deve preceder o método. Quer-se defender a História como *principal* instrumento de análise económica e social, pois, para o investigador, ela se apresenta *contendo* o conteúdo desta natureza dinâmica (para isto é indispensável o trabalho das ciências histórico-antropológicas-arqueológicas).

Neste sentido, tanto Smith quanto Ricardo fazem deduções a partir de um estágio *primitivo* – “naquele estado original de coisas que precede tanto a apropriação da terra quanto o acúmulo de capital” (Smith, 1996 [1776], p. 117) –, de forma idealizada<sup>115</sup>, comparativamente ao estágio *civilizado*; como se a História fosse feita do, então, presente “civilizado” e de um passado “primitivo” homogêneo e o acúmulo de capital estivesse associado a própria condição humana – embora não utilizem esta terminologia diretamente. Apesar de Smith ter, durante toda sua obra, citado civilizações antigas tanto do Ocidente como do Oriente e, inclusive, as analisadas, em certos aspectos, ele cria um tipo

---

<sup>113</sup> Além disto, esta visão holística incluía, mesmo em Ricardo, considerações políticas e sociais – de modo que seria um anacronismo tentar enquadrar o seu conteúdo nas delimitações prático-intelectuais, institucionalmente sancionadas nas universidades, da Economia, Sociologia ou Ciência Política, contemporâneas. O fato de Jevons e Marshall terem advogado em favor de uma separação entre uma teoria analítica e outra histórica (a Sociologia Económica), é mais um sintoma de sua confiança na progressividade do método científico.

<sup>114</sup> Schumpeter (1997 [1926]), naquilo que denominou “vício ricardiano”, afirma que esta prática – de análise económica via deduções lógico-abstratas, vem desde Ricardo. “As concepções do Sr. David Ricardo”, afirmou Henry Brougham, seu companheiro de parlamento inglês, “são na verdade abundantemente teóricas, às vezes muito refinadas para sua audiência, de vez em quando extravagantes, graças à propensão que o Sr. Ricardo tem de levar um princípio até às últimas consequências, como se fosse um ser do outro mundo, ou como se fosse um engenheiro que construísse uma máquina sem levar em conta a resistência do ar em que ela vai operar e a força, o peso e a fricção das partes que a compõem.” (Davis, Hands & Mäki, 1998, p. 423 como referido em Paulani, 2020, par. 34).

<sup>115</sup> “Mesmo no estágio primitivo ao qual se refere Adam Smith, algum *capital*, embora possivelmente fabricado e *acumulado* pelo próprio caçador, seria necessário para capacitá-lo a matar sua presa.” (Ricardo, 1996 [1821], pp. 30-31, sublinhados nossos).

ideal de categoria, *própria* da sociedade que vive, e generaliza-a – como nas suas categorias dos estágios de desenvolvimento das sociedades<sup>116</sup>.

Marx (1979 [1857]), por sua vez, é o único autor, dentre os seis que compõe a base do trabalho, que recorre sistematicamente à história, ou seja, trata-a metodologicamente<sup>117</sup>. O objeto de estudo de Marx é a sociedade burguesa ou capitalista. O ponto de destaque de seu método é que as categorias são formas de ser, modos de existência do ser social (que é distinto, por natureza, dos seres orgânicos e inorgânicos), de modo que a epistemologia é subordinada à ontologia – é a natureza dos objetos que orientam seu estudo. Sua concepção ontológica, herdada de Hegel, é a de que o ser é movimento ou transformação; movendo-se pela dinâmica de suas contradições internas<sup>118</sup>.

Para Marx, o investigador deve partir daquilo que é aparente, entretanto, seu intuito é buscar o que está por detrás desta percepção imediata; ou seja, as determinações somente podem ser percebidas negando o que é aparente, de forma que se encontre a sua essência. Esta é sua concepção de teoria, a reprodução ideal do concreto: parte do concreto, nega-o para abstrair o que há detrás da aparência e, posteriormente, volta ao concreto, com um rico número de determinações e relações.

Sua concepção teórico-metodológica, de que o objeto tem que ser apreendido pelo sujeito e que é o desenvolvimento mais complexo que explica o mais simples, isto é, o presente que ilumina o passado, faz, entretanto, com que ele construa evoluções lógicas tendo a sociedade burguesa, e seu modo de ser – sua economia –, como parâmetro para a História. Ele não deixa de ter um aguçado senso historiográfico, dentro dos limites de sua época, mas algumas de suas deduções acabam excluindo os fatos históricos e privilegiando deduções – como ficará explícito na próxima seção.

“Nós vivemos no tempo, e pensamos e agimos no tempo; de fato, somos totalmente criaturas do tempo” (Jevons, 1988 [1879], p. 59), de modo que o presente, e tudo que está contido neste momento no espaço, é um resultado de uma *evolução*, da História. A economia – ou as atividades de produção, distribuição, troca e consumo – está circunscrita ao sistema social. Este organismo está em constante transformação e sua evolução no tempo

---

<sup>116</sup> “E, aos profetas do século XVIII, (sobre cujos ombros se apoiam ainda totalmente Smith e Ricardo), este indivíduo aparece como um ideal cuja existência situavam no passado; não o vêem como um resultado histórico, mas sim como ponto de partida da história. É que, segundo a concepção que tinham de natureza humana, o indivíduo não aparece como produto histórico, mas sim como um dado da natureza pois, assim, está de acordo com sua concepção de natureza humana.” (Marx, 1979 [1857], p. 28).

<sup>117</sup> “A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social.” (Marx, 2017 [1890], p. 199). Apesar de uma alegação óbvia, ela não é levada em conta em diversas ocasiões.

<sup>118</sup> “É uma contradição, por exemplo, ser um corpo, continuamente, atraído e repellido. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição se dá e se resolve ao mesmo tempo.” (Marx, 2017 [1890], p. 131).

enseja novos *eventos* que se acumulam e, em conjunto, criam condições ao desenvolvimento de novos fenômenos.

Isto não significa, no entanto, que a descrição histórica dos acontecimentos satisfaz a compreensão teórica da economia. Schumpeter (1997 [1926]), incorporando esta noção ao seu processo investigativo, salienta que “por causa [da] dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias”, ou seja, pela descrição<sup>119</sup> da história econômica, a qual, por sua vez, “é meramente uma parte da história universal.” (p. 70).

Isto impõe ao economista a necessidade de compreender os contextos das sociedades sob avaliação. Uma forma de enquadrar estes contextos é comparar as sociedades – que evita julgamentos subjetivos<sup>120</sup> – sobre três aspectos: organização política (superestrutura, na linguagem marxista), a mentalidade ou psicologia (sua ética e forma de ver o mundo), que orientam a ação, e a economia ou base material (a infraestrutura). Estes aspectos interrelacionados formam a totalidade do organismo social.

Este contraste permite verificar divergências e regularidades quanto as *instituições* sob as quais repousa a organização político-social, as quais vão ter um papel importante para se perceber as determinações que põe em movimento o organismo.

As deduções, necessárias para a percepção de regularidades, podem ser, assim, delimitadas pelos fatos e dados históricos; da mesma forma que, as induções – que podem ser usadas para formulações de hipóteses quando casos particulares apresentam semelhanças qualitativas e/ou quantitativas.

---

<sup>119</sup> “O economista”, afirma, corretamente, Marshall (1985 [1890]), “deve ser ávido de fatos; mas os fatos, por si mesmos, nada ensinam. A História nos dá a conhecer sequências e coincidências; somente a razão, porém, as pode interpretar e delas tirar lições.” (p. 51).

<sup>120</sup> “O estudante da História, com espírito científico, é obstaculizado pela impossibilidade de experimentação e, ainda mais, pela ausência de um padrão objetivo para aferição de suas estimativas de proporção relativa. Tais estimativas estão latentes em quase todas as fases de seu raciocínio: não poderá ele concluir que uma causa ou grupo de causas foi sobrepujado por outro, sem fazer uma estimativa implícita de pesos relativos. E, contudo, somente por um grande esforço percebe ele quanto depende de suas próprias impressões subjetivas.” (Marshall, 1985 [1890], p. 55). A necessidade de obter medidas precisas é o principal elemento de rejeição a análise da história em Marshall; outro ponto relevante é a sua convicção de que as instituições econômicas de seu tempo são completamente distintas das de épocas passadas e, por isso, julgava irrelevante observá-las.

## 5. Problematização

Dividir-se-á esta secção em duas subsecções, a primeira critica a teoria do valor-trabalho, enquanto a segunda, a partir disso, discute os demais fundamentos da teoria económica relacionados ao valor, enquadrando-os no método histórico e no atual contexto do capitalismo. Desse modo se termina o quadro geral para as conclusões.

Sabe-se, por agora, que o antagonismo do valor, em última instancia, está atrelado a conceções ontológicas, epistemológicas e metodológicas (conscientes ou não) sobre a economia e sociedade – a salientar a importância do *estudo da filosofia* para a ciência económica, pois é a base profunda sobre o qual repousa os pontos de desencontro do pensamento<sup>121</sup>.

A despeito disto, é verdade, todavia, como evidenciado em Polanyi<sup>122</sup>, que o individualismo moderno já estava presente em Smith, Ricardo, e nos clássicos, em geral – excetuando-se, neste caso, Marx<sup>123</sup> –, mas pela análise comparativa da teoria do valor conseguiu-se perceber que, no aspeto metodológico, foram os neoclássicos e austríacos que levaram isto até as últimas consequências<sup>124</sup>. Embora seus efeitos sejam sentidos nos pressupostos dos clássicos, são muito mais agudos nos marginalistas, como demonstrado acima.

O importante de se ressaltar isto, por agora, é que esta percepção deve estar presente nesta secção para se realizar uma brevíssima crítica a teoria do valor-trabalho, cuja pretensão é, em oposição a outros críticos, como pode ser observado em Menger<sup>125</sup>, levar em conta a tese dos autores como eles a pensavam.

---

<sup>121</sup> “Como quase todo autor econômico observa”, salienta, corretamente, Jevons (1988 [1879], p. 29), “é ao tratar dos elementos mais simples que precisamos do maior cuidado e precisão, uma vez que o mínimo erro conceitual invalidará todas as nossas deduções.”

<sup>122</sup> “O ensino ortodoxo partiu da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão do trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância.” (Polanyi, 2000 [1944], p. 79). Poder-se-ia objetar que esta passagem contradiz a de Marx (ver p. 40) de que a Economia Política parte do todo; mas Polanyi está se referindo a interpretação histórica.

<sup>123</sup> “A economia clássica pressupunha que o homem, na medida em que é um ser ativo, age exclusivamente à base de interesse próprio e é motivado por um único desejo, o desejo da aquisição. (...) Marx levou a economia clássica um passo adiante substituindo os interesses individuais e pessoais por interesses de grupo ou de classe.” (Arendt, 2007 [1958], pp. 51-52).

<sup>124</sup> O princípio do individualismo metodológico defendido por Mises e Hayek, dentre outros, apenas corrobora isto.

<sup>125</sup> Menger (1988 [1971]) realiza particularmente duas objeções cuja explicação se encontra nas próprias páginas dos teóricos do valor-trabalho: 1) “Não há nenhum nexos causal necessário e direto entre a medida do valor do bem em pauta e a quantidade maior ou menor (ou nula) de trabalho, ou de outros bens de ordem superior, que foi necessária para produzir o referido bem.” Ora, “o valor de um diamante independe totalmente de ter sido ele encontrado por acaso ou ser resultado de 1000 dias de trabalho em um garimpo.” (p. 94). Marx (também Ricardo) explicou isto na categoria de trabalho socialmente necessário; 2) “Igualmente insustentável é a tese de que a quantidade de trabalho (ou de outros meios de produção) necessária para a *reprodução* dos bens representa o fator decisivo para se determinar o valor de um bem. Existe grande quantidade de bens que não é possível reproduzir (por exemplo, antiguidades, pinturas de mestres antigos).” (p. 95, sublinhado do autor). Ricardo explica isto, salientando que a maior parte da massa de artigos trocados diariamente é fruto do trabalho.

## 5.1 Crítica a teoria do valor-trabalho

O trabalho agrícola foi eleito pelos fisiocratas como fonte da riqueza, isto é, como natureza do valor. A Revolução Industrial permitiu, com Smith, que o trabalho, puro e simples, independente de sua forma, substituísse a forma determinada de trabalho agrícola (Marx, 1979 [1857]). Por outro lado, esta concepção foi legitimada devido ao entendimento de que a magnitude, nas trocas diretas, era regulada diretamente pela quantidade de trabalho – único *padrão de medida* possível para basear a permuta<sup>126</sup>.

A partir disso, procuraram a evolução abstrata dessa relação até as trocas na sociedade industrial. Ricardo sabia que se deveria considerar as condições desta sociedade complexa se se quisesse entender a grandeza do valor, nessas condições; por isso considera a influência da relação de capital fixo e circulante sobre os valores relativos, etc. Mas a proposição em que se baseia é a mesma de Smith.

Por isso, Polanyi (2000 [1944], p. 154) afirma que Ricardo, “num teorema equivocado de alcance tremendo (...) investiu o trabalho com capacidade única de constituir valor, reduzindo assim todas as transações concebíveis na sociedade econômica ao princípio da troca igual numa sociedade de homens livres.”

Ora, aquele que, aparentemente, é o melhor argumento de Marx (2017 [1890], p. 71) para demonstrar a “substância comum” contida nas mercadorias – “duas coisas diferentes só se tornam quantitativamente comparáveis depois de sua conversão a uma mesma coisa. Somente como expressões de uma mesma substância são grandezas homogêneas, por isso, comensuráveis” (p. 71) – emerge, em última instância, da permuta (isto é, da troca direta).

Nas análises das formas do valor, o autor infere que “a gênese da forma dinheiro” está diretamente relacionada a *mercadoria* equivalente da forma simples do valor (forma estrita, insiste-se, as trocas diretas); ou seja – como para os marginalistas – a mercadoria-dinheiro tem origem na permuta (*Barter Theory of Money*). Desse modo, Marx não faz a evolução histórica das formas do valor; antes sim, faz a evolução lógica do fenômeno, de acordo com sua concepção histórica.

Hudson (2018), ao estudar a história do dinheiro e das dívidas nas civilizações ocidentais encontrou, na Mesopotâmia, a origem do dinheiro com a função primeira de *meio de pagamento* de débitos ensejados entre as colheitas, e não como meio de troca; ele foi instituído administrativa e fiscalmente.

Num exemplo de economia planeada politicamente, “os grãos foram designados como unidade de conta para calcular valores e comensurar o tempo de trabalho e a produção da terra para alocação de recursos envolvendo a esfera agrícola e artesanal, bem como os

---

<sup>126</sup> “No estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo de patrimônio ou capital e à apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros.” (Smith, 1996 [1776], p. 101).

meios de pagamento<sup>127</sup>.” Em conjunto com a prata – utilizada para cobrança de impostos e taxas, além de financiar empreendimentos comerciais ao exterior, que buscavam os materiais indisponíveis internamente – formavam um sistema bi-monetário perfeitamente conversível entre si (o que prevenia os produtores das variações de preços da prata), de modo que a relação entre as principais mercadorias era *medida* por estas unidades em tabelas de preços administrados<sup>128</sup>.

A categoria trabalho abstrato de Marx (2017 [1890]) (a natureza do valor) possui duas características dignas de nota: primeiramente, nesta categoria são inclusos os trabalhos dos sujeitos como força ou capacidade de trabalho homogêneos, sem distinção entre produtivos e improdutivos. Isto nega a própria corporificação ou armazenamento do trabalho nas mercadorias, ou seja, nega o próprio fundamento do valor. Embora esteja explicitamente se referindo aos trabalhos produtivos<sup>129</sup>, generaliza a capacidade de trabalho, abstrata, para toda a sociedade, independentemente das “diferentes formas de trabalho concreto.” (p. 60).

Em segundo lugar, o trabalho abstrato está ligado à condição de mercadoria da força de trabalho, ou seja, de que os proprietários são livres para vender sua força de trabalho (trabalho assalariado) e exercer diferentes trabalhos concretos<sup>130</sup>.

Ora, seguindo a teoria marxiana, a força de trabalho – “mercadoria cujo valor de uso [possui] a propriedade peculiar de ser fonte de valor” (Marx, 2017 [1890], p. 197) – é o conjunto das faculdades humanas postas em ação na produção; isto independe de se este trabalho toma a forma de trabalho assalariado ou compulsório<sup>131</sup>. A equivalência de Marx entre trabalho abstrato e trabalho assalariado não é uma consequência necessária da sua teoria do valor, mas antes do *fundamento central* sobre o qual ele assenta o capitalismo: a relação social entre capital e trabalho assalariado, ou, nos termos de suas personificações,

---

<sup>127</sup> Traduzido livremente de: “*Grain was designated as a unit of account to calculate values and co-measure labor time and land yields for resource allocation involving the agricultural and handicraft sphere, as well as the means of payment.*” (Hudson, 2018, par. 6).

<sup>128</sup> “*As a means of payment, the early use of monetized grain and silver was mainly to settle such debts. This monetization was not physical; it was administrative and fiscal. The paradigmatic payments involved the palace or temples, which regulated the weights, measures and purity standards necessary for money to be accepted. Their accountants that developed money as an administrative tool for forward planning and resource allocation.*” (Hudson, 2018, par. 2). Isto serve como evidência para a teoria cartalista da moeda (*State Theory of Money*).

<sup>129</sup> “Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de *trabalho produtivo*. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos *trabalhos neles corporificados*.” (Marx, 2017 [1890], p. 60, sublinhados nossos).

<sup>130</sup> Após explicitar a indiferença em relação as formas de trabalho entre os estadunidenses “civilizados” e os russos “bárbaros”, Marx (1979 [1857], pp. 61-62) afirma que “este exemplo do trabalho mostra com clareza que as categorias mais abstratas, embora sejam válidas para todas as épocas (devido à sua natureza abstrata, precisamente), são também – no que sua abstração tem de determinado – o produto de condições históricas e só são plenamente válidas para estas condições e dentro dos seus limites.”

<sup>131</sup> As consequências para o capitalismo de não ser trabalho remunerado é, evidentemente, outra questão.

burguesia e proletariado<sup>132</sup>. Esta relação, entretanto, não é a base do sistema; se o fosse, o capitalismo estaria liquidado.

De acordo com a teoria do valor-trabalho somente a parte variável ou circulante do capital (o trabalho vivo) tem a propriedade de criar valor, enquanto o capital fixo ou constante (o trabalho morto) apenas transfere valor ao produto, na sua ação de trabalho.

Se os capitalistas pagam apenas o valor do trabalho necessário e se apropriam gratuitamente do trabalho excedente<sup>133</sup>, das forças da natureza, das forças naturais do trabalho social (cooperação e divisão do trabalho), das máquinas e, por extensão, da ciência, é legítimo dizer que a primeira cria exclusivamente o valor?

Historicamente, mesmo com a massa de mais-valia relativamente muito menor – devido a composição do capital industrial ser minoritariamente variável – o progresso técnico-científico aumentou ostensivamente a produtividade, através da maquinaria. Segundo Marx (2017 [1890]), “quanto menos valor” o capital constante “transfere” as mercadorias, “tanto mais produtiva é ela e tanto mais seus serviços se aproximam dos prestados pelas forças naturais” (p. 446); então, dessa forma, o valor do trabalho acumulado no capital constante teria de ser praticamente infinito para poder explicar a evolução brutal da *massa de mais-valor* (excedente de valor global) no século XX.

Claro que deve-se considerar que o contexto em que os autores descreveram o aumento da produtividade era em um período onde o emprego de maquinaria ainda podia ser freado pelo baixo custo da mão-de-obra excedente – a segunda Revolução Industrial, quando a energia elétrica passou a mover a indústria pesada, ainda não havia se desenvolvido.

O ponto crucial do movimento do capital foi, todavia, percebido por Marx: “o processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente.” (Marx, 2017 [1890], p. 357)<sup>134</sup>. Esta conclusão está baseada na sua análise da mercadoria, de modo que se pode questionar: por que a teoria do valor não foi também ancorada nos elementos constitutivos da mercadoria?

Esta característica de processo do capital, descrito por Marx, depende *estritamente* daquele elemento que modifica a composição orgânica do capital (constante/variável): o

---

<sup>132</sup> “Com o capital é diferente. Suas condições históricas de existência não se concretizam ainda por haver circulação de mercadorias e dinheiro. Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da História da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social.” (Marx, 2017 [1890], p. 200). No *Manifesto do Partido Comunista* (1848) o antagonismo destas classes sociais é o ponto de partida.

<sup>133</sup> “O valor dos meios de produção, dos fusos, etc., se confunde com a propriedade do capital de expandir seu valor, isto é, de absorver diariamente, *grátis*, determinada quantidade de trabalho alheio.” (Marx, 2017 [1890], p. 358, sublinhado nosso).

<sup>134</sup> “Nas condições modernas, a bancarrota decorre não da destruição, mas na conservação, porque a própria durabilidade dos objetos conservados é o maior obstáculo ao processo de reposição, cuja velocidade em constante crescimento é a única coisa constante que resta onde se estabelece esse processo.” (Arendt, 2007 [1958], p. 265).

progresso técnico-científico. O sistema se move de forma que o trabalho, assalariado ou não, é acoplado ou desacoplado de acordo com as necessidades circunstanciais. Ademais, o capital não se apropria gratuitamente da ciência, ao menos não integralmente; o capital investe, *promove* a ciência moderna – a ressaltar que parte dos investimentos advém dos fundos públicos.

Em última, instância, como perceberam, dentre outros, Schumpeter, Kalecki (1977 [1954]) e Arendt, na verdade a condição de processo da sociedade capitalista depende da ciência – das inovações e do progresso técnico, dela decorrente – para continuar criando novas mercadorias, e não no fundamento central eleito por Marx.

O pressuposto da concorrência perfeita e, por conseguinte, da tendência a uniformidade da taxa de lucro é outro ponto relevante a ser questionado, dado não refletir a realidade – é o cerne, vale dizer, da crítica de Schumpeter ao valor-trabalho<sup>135</sup>. Inevitavelmente, dado a centralidade da competição no capitalismo, isto se estende por toda análise, inclusive quando observado o princípio da *troca de equivalentes* – o qual estipula que o mais-valor não pode ter origem na circulação – que, também, abstrai a partir de um mundo de produtores individuais<sup>136</sup>.

Também é um reflexo desta premissa, a noção de valor real (realizado na produção) e preço de mercado (realizado na circulação) – fundamental para o entendimento clássico da formação de preços – de que em, última instância, os preços médios correspondem ao valor, ao custo do processo de trabalho somado a margem de lucro comum.

Esta é a interpretação de Marx no Livro I do Capital. Todavia, no Livro III o autor “explicita que os preços são “infieis” ao valor e a acumulação se desprende do valor trabalho.”<sup>137</sup>. Neste ponto reside a principal brecha não explorada pelos teóricos do valor-trabalho<sup>138</sup>. A partir do aval de Marx, pode-se concluir que não é o valor que dirige a economia de mercado, mas sim, indubitavelmente, são os preços.

Isto é o que legitima a percepção de que o valor é o valor de troca (Marshall) – afinal o valor, como definiu Abbey Galiani, é “uma ideia da proporção entre a posse de uma coisa

---

<sup>135</sup> “Para começar” a teoria do valor-trabalho “não funciona de maneira alguma fora da concorrência perfeita. Em segundo lugar, mesmo com concorrência perfeita, ela nunca funciona *tranquilamente*, a não ser que o trabalho seja o único fator de produção e, mais ainda, que o trabalho seja todo de um só tipo. Se qualquer uma dessas duas condições não for satisfeita, será preciso introduzir suposições adicionais e as dificuldades analíticas crescerão a um ponto em que logo se tornarão de manejo impossível.” (Schumpeter, 1984 [1942], pp. 42-43, sublinhado do autor). É relevante ressaltar que Schumpeter demonstra uma atitude que privilegia a inteligibilidade da teoria, ao invés da sua capacidade de refletir a realidade. Ora, o fato de um teoria ser mais generalizável não é prova, como o autor parece entender, de que ele é explicação mais adequada.

<sup>136</sup> “O que os distingue é que um compra e o outro vende. Não damos nenhum passo à frente por saber que o possuidor de mercadoria, sob o nome de produtor, venda a mercadoria acima do seu valor e, sob o nome de consumidor, paga-a também acima do seu valor.” (Marx, 2017 [1890], p. 192).

<sup>137</sup> Mello, Rossi & Chiliatto-Leite (2011, p. 9).

<sup>138</sup> “Se os preços se desviarem realmente dos valores” afirma Marx (2017 [1890]), “devemos reduzir aqueles a estes, por de lado essa circunstância, por ser eventual, para termos, em sua pureza, o fenômeno da formação do capital na base da troca de mercadorias, e para não nos deixar confundir, nas observações, por circunstâncias perturbadoras que nada tem a ver com o processo propriamente dito.” (p. 196).

e a posse de outra no conceito do homem.” (Sewall, 1901, p. 92 como referido em Arendt, 2007 [1958], p. 177).

## 5.2 Sobre os demais fundamentos da teoria económica baseados no valor

Volta-se, com esta definição de Galiani a conclusão de que o valor é, por natureza, relativo. Este conceito de valor está correto quanto a relação de troca, mas o *valor económico* não se reduz ao valor de troca.

Este é o ponto crucial para o deletério efeito teórico e político da marginalização do conceito de valor económico. A supressão da distinção entre preço, valor e valor de troca e a redução das esferas da distribuição e troca à oferta e demanda mascaram as diferentes formas de apropriação da produção social ou distribuição<sup>139</sup>, cujo exame clarifica, indiretamente, *a diferença entre preço e valor*.

Como Mazzucato (2018) afirma, a Economia Política – mercantilista, fisiocrata ou clássica – sempre debateu o valor de forma estritamente relacionada a sua criação e extração, bem como da distribuição, dos rendimentos oriundos da produção.

Ora, o contexto social dos séculos XVIII e XIX, conforme Hudson (2019), ainda não havia rompido, nem no Reino Unido, tão pouco no continente, as heranças feudais, económico-sociais e, sobretudo, políticas. A classe dos arrendatários, ou melhor “a classe hereditária de senhores da terra” era, para os economistas clássicos (e pré-clássicos), a classe social herdeira do feudalismo, os senhores da guerra que se *apropriavam* da posse de terra e da banca usurária para, sem trabalhar, extrair rendimentos do setor produtivo – isto é, capitalistas e trabalhadores, para Smith e Ricardo e, dado serem os trabalhadores os únicos capazes de criar mais-valor, para Marx os capitalistas também se apropriavam, mas através da produção.

Marx via no capital industrial a força revolucionária – que levaria ao socialismo – capaz de aniquilar o poder dos senhores da guerra e da extração de rendimentos, pois sua característica central é o investimento e reinvestimento em meios de produção para empregar trabalhadores assalariados – que realizam o processo de trabalho – e lançar na circulação para vender com lucro, expandir o valor (D-M-D)<sup>140</sup>; de modo que os custos económicos e sociais desnecessários, como de taxa de crédito improdutivo, finanças usurárias, etc., seriam gradualmente eliminados; bem como o incentivo a construção de

---

<sup>139</sup> “... *the distribution of the income of society is controlled by a natural law ... this law, if it worked without friction, would give to every agent of production the amount of wealth which that agent creates.*” (Clark, 1899, p. v. como referido em Mazzucato, 2018, p. 61).

<sup>140</sup> “Esse impulso de enriquecimento absoluto, essa caça apaixonada ao valor, é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto este é o capitalista enlouquecido, aquele é o entesourador racional. A expansão incessante do valor, por que luta o entesourador, procurando salvar, tirar dinheiro de circulação, obtém-na de maneira mais sagaz o capitalista, lançando-o continuamente na circulação.” (Marx, 2017 [1890], p. 184). Em outra oportunidade (p. 225), Marx demonstra, com sua habitual ironia, que não conseguia visualizar no horizonte, capitalistas fora do circuito industrial.

infraestrutura, pois barateariam os custos de produção (Hudson). Smith, analogamente, acreditava que todo novo capital empregado geraria, necessariamente, trabalho produtivo<sup>141</sup>.

Desse modo, a constituição do fundo público comum (*Commonwealth*) deveria ser por meio da taxaço da renda (*rent*) da terra, de forma a libertar dos encargos os rendimentos (*income*) produtivos de lucros e salários<sup>142</sup>.

O Estado, por sua vez, dispunha do poder centralizado, controlava os negócios, fornecia direitos de monopólio, etc. Os iluministas reivindicaram o direito natural de forma a contrapor o direito divino. O mercado se lhes apresentava como uma forma de democratizar o consumo e, sobretudo, *descentralizar o poder* absoluto (o que alguns liberais sustentam até hoje, tendo de considerar, para isso, a premissa da concorrência perfeita – tal qual a teoria do valor-trabalho). Os liberais clássicos compreendiam como úteis as funções de proteção interna e externa, segurança jurídica e regulamentação que o Estado exercia para o bom funcionamento dos negócios.

A despeito disto, Smith inclui os aparelhos de administração e defesa do Estado<sup>143</sup> na categoria de trabalho improdutivo. O trabalho<sup>144</sup> é conceitualmente dividido pelo autor, como visto, em duas categorias: a improdutiva, incapaz de acrescentar algo ao artifício humano<sup>145</sup> e a produtiva, capaz de o fazer. Estão inclusos nesta categoria aqueles trabalhos incorporados *indiretamente* ao objeto acabado, como, por exemplo, na mineração, os trabalhos de localização, escavação, transporte, etc.

Há, entretanto, uma complicada questão a se observar aqui: parte da essência funcional do capital mercantil e, sobretudo, financeiro não se enquadra na definição do autor, nem de seus sucessores, como trabalho produtivo.

O próprio Adam Smith ao discorrer sobre a função da banca e dos banqueiros no estímulo à circulação das mercadorias reconhece sua importância, ao perceber que as notas promissórias (o papel-moeda) estimulavam o comércio e economizavam despesas sociais com a cunhagem e circulação de moeda metálicas; o desconto de letras (títulos de dívida

---

<sup>141</sup> “A parte da produção anual da terra e do trabalho de qualquer país que repõe um capital, nunca é imediatamente empregada para outra finalidade que não seja a manutenção de pessoas produtivas. Essa parte paga exclusivamente os salários do trabalho produtivo.” (Smith, 1996 [1775], p. 335).

<sup>142</sup> Utilizar-se-á, de forma a distinguir a origem, o termo rendimento (*income*) para referir-se aquele obtido através de trabalho produtivo e renda (*rent*) aquele apropriado.

<sup>143</sup> “O soberano, por exemplo, com todos os oficiais de justiça e de guerra que servem sob suas ordens, todo o Exército e Marinha, são trabalhadores improdutivos.” (Smith, 1996 [1776], p. 334).

<sup>144</sup> Tratar-se o trabalho, estritamente, do ponto de vista do valor e da riqueza. Os efeitos da moderna concepção de trabalho, diretamente influenciado pelo progresso material, do ponto de vista da condição humana, cuja consequência última é designar como trabalho qualquer atividade, desde que remunerada, pode ser visto em Arendt (2007 [1958]): “uma sociedade de operários (...) julga os homens segundo as funções que eles exercem no processo de trabalho. (...) Em outras palavras, só aparentemente esta sociedade é mais «humana».” (p. 176).

<sup>145</sup> Seguir-se-á com a concepção clássica, mas cabe ressaltar que para Marshall (1985 [1890]): todo trabalho que produz utilidade, que não é um fim em si mesmo, portanto, é *produtivo*. O sentido desta palavra, segue o autor, tem sido associado, tradicionalmente, a *riqueza acumulada*, “deixando de lado, e até mesmo excluindo, a satisfação imediata e transitória.” (p. 75). O critério de avaliação de Marshall, todavia, não é o mesmo de Smith.

emitidos como meios de pagamento) permitia o aumento do investimento produtivo, ao liberar o montante entesourado para fluxo de caixa.

A centralização financeira desempenhou papel substancial na industrialização da Alemanha de Bismark e do Japão e desempenha hoje, embora com instituições públicas, na China. A especulação é capaz de dar liquidez aos títulos no mercado mobiliário e é importante, historicamente, desde que os valores mobiliários começaram a ser tidos como expressão da riqueza<sup>146</sup>.

Por outro lado, “foi o estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento.” (Weber, 1961, p. 249<sup>147</sup>). Ao centralizar decisões e canalizar esforços para a guerra, forneceu as condições para o desenvolvimento do mercado interno ou nacional: “na origem do mercado nacional existiu uma vontade política centralizadora fiscal, administrativa, militar ou mercantilista.” (Braudel, 1996b, p. 265 como referido em Fiori, 2004, p. 9).

A categoria improdutiva, desse modo, não somente é responsável por permitir e estimular a operacionalidade da categoria produtiva como foi por intermédio dela que o padrão de mercado rompeu os diques que o marginalizavam dentro da organização político-social e subjugou-a aos seus ditames. (Polanyi, 2000 [1944]).

Se o trabalho improdutivo é indiretamente responsável pela produção do valor, ele pode ser assim denominado? A criação de categorias económicas distinguindo os setores produtivos diretos e indiretos e o setor improdutivo poderiam enquadrar melhor esta questão; ou um exame minucioso possa apresentar características ainda mais relevantes à diferenciação. Mazzucato (2018), como Marshall, afirma que esta delimitação não precisa ser rígida<sup>148</sup>, deve ser determinada em casos particulares. E, no entanto, o não aprofundamento deste ponto, ou não abordagem dos casos particulares que explicitam esta diferença, pode levar a interpretações que permaneçam equacionando valor a preço.

Mas qual o *ponto ótimo*, no sentido de estimular a criação de valor, da atuação do setor financeiro? Qual é o do Estado? Qual o do capital comercial? Já na época em que a banca emitia o papel-moeda, especulava contra a moeda nacional para obtenção de lucros na variação dos preços dos bilhetes de banco<sup>149</sup>. Desde a década de 1970, entretanto, o setor

---

<sup>146</sup> A especulação “assume importância a partir do momento em que a riqueza pode ser expressa por meio de valores transferíveis.” (Weber, 1968 [1923], p. 258).

<sup>147</sup> Como referido em Fiori (2004, p. 57).

<sup>148</sup> “E podemos falar do aumento do trabalho produtivo à custa do improdutivo, sem fixar uma linha rígida e por isso arbitrária de divisão entre eles. Se tal limite artificial se torna exigível para qualquer objetivo particular, deve ser traçado explicitamente para essa ocasião.” (Marshall, 1985 [1890], p. 75).

<sup>149</sup> “Correm estranhos rumores sobre os recursos empregados com o fim de provocar escassez de bilhetes de banco. (...) Por mais difícil que seja admitir-se a adoção de um truque dessa natureza, generalizou-se tanto a notícia que merece ser mencionada.” (The Observer, 24 de abril de 1864 como referido em Marx, 2017 [1890], p. 165).

financeiro tem ganhado dimensões evidentemente desproporcionais e *não-ótimas*<sup>150</sup>, num fenómeno que é corretamente denominado *financiarização* da economia.

Se o contexto histórico da sociedade que se libertava dos “resquícios feudais” explicitava que havia uma diferença abissal na forma de apropriação da produção social entre produtores e rentistas (*rentiers*), atualmente, mesmo ela sendo tão ou mais evidente, o conceito de valor económico não se aproxima de interpretá-la. Aquilo que parecia aos economistas uma atitude irracional – entesourar ao invés de lançar capital na circulação – é, hoje, uma forma indispensável de “investimento”; o capital rentista utiliza o circuito financeiro para valorizar a riqueza, isto é, para obter renda.

Esta lógica de valorização “neo-rentista” (Hudson) – que se aproxima mais do ajuste *patrimonialista* do que do capitalista –, diferentemente do século XIX, ganhou dimensões colossais (Mazzucato) e adentrou diretamente no setor produtivo como parte componente das estratégias de concorrência e financiamento do progresso técnico, de modo que os lucros não-operacionais ganharam relevância, sobretudo ao fornecer a capacidade de um menor *mark up* na atividade operacional.

O que possibilitou o desenvolvimento deste fenómeno foi, em primeiro lugar, a queda de *Bretton Woods*. A saída unilateral dos Estados Unidos do padrão-ouro rompeu a instituição ou convenção (Keynes, 2012 [1936]) em que *ancorava o sistema monetário internacional*, deixando os câmbios flutuarem livremente – o que, por sua vez, aumenta o *risco* da variação patrimonial e de preços denominados na moeda corrente.

A solução engendrada em meio a crise que se sucedeu, anos 70, em relação ao sistema monetário internacional, não foi política, nem pública, mas económica e privada – em verdade, a mudança político-ideológica dos anos 80 impôs medidas de política fiscal e monetária austeras na maior parte dos países desenvolvidos, que corroboraram o movimento privado do setor financeiro aos mercados internacionais.

A financiarização do sistema foi a resposta dos bancos e mercados financeiros, que se globalizaram; o risco privado foi minimizado de duas formas: pela securitização de dívidas (como nos títulos *subprime*) e operações plurimonetárias (portfólios). Conforme Chesnais (1996) os fundos de investimento, fundos mútuos e de pensão tornaram-se os novos atores da economia global, com enormes centralizações financeiras.

Foi necessário o *credit crunch* para que os economistas da *London School of Economics* entendessem, e explicassem a Rainha, que o risco privado partilhado pelos

---

<sup>150</sup> Para elucidar, com dois exemplos quantitativos: 1) “O mercado de derivativos é o mercado mais importante do mundo considerando como critério o volume de operações. Segundo o BIS, o valor nominal dos derivativos nos mercados de balcão em dezembro de 2009 era em torno de US\$ 600 trilhões. Esse montante desmedido excede com folga as necessidades reais da economia: a título de comparação, ele corresponde a mais ou menos 10 vezes o PIB mundial e 35 vezes o estoque de ações global.” (Mello, *et. al.*, 2011, pp. 13-14); 2) “*Between 2003 and 2012, 449 companies listed in the S&P 500 index deployed \$2.4 trillion in buying back their own shares, mostly through open-market purchases. That sum constituted 54 per cent of their collective earnings.*” (Mazzucato, 2018, p. 155).

mercados financeiros globais não eliminou o *risco sistêmico* – a evidenciar que a economia deve ser observada como um sistema, e não baseado em *microfoundations*.

Hudson (2019) afirma que nos Livros II e III do Capital, Marx sintetizou a discussão dos economistas clássicos sobre os impactos da matemática dos juros compostos e da usura sobre a economia. A expansão do endividamento – consequência direta da financiarização – elucida esta questão pois o aumento do custo de fazer negócios e do custo de vida se deve a duas consequências interdependentes e correlatas ao crédito: o serviço da dívida como principal componente do orçamento das famílias e das empresas, em detrimento do consumo de bens e serviços, e investimentos; e a inflação de ativos financeiros e imobiliários. A banca se apropria, desta maneira, crescentemente dos rendimentos<sup>151</sup>, o que afeta diretamente o *desempenho económico* na criação de valor e na qualidade de vida.

Isto suscita outra importante questão: a “auto-regulação” que o sistema financeiro internacional operou é orientada ou regulada de que forma? Se os agentes privados diminuíram seu risco privado, que se originou do rompimento do padrão monetário internacional então, obviamente, estes agentes ancoravam suas operações nesta convenção. As instituições sob as quais repousa a dinâmica privada (acumulação de capital) são todas públicas, senão regulados pelo poder público, *funcionalmente* públicas (como o BIS).

O debate sobre a regulação pública é amplamente necessário<sup>152</sup>; e talvez este seja o ponto mais difícil de discussão porque na concepção superficial moderna, público e privado são entendidos como *setores* que compõe a economia – o conceito de *eficiência* elucida isto: os parâmetros para julgar as atividades humanas que são eficientes ou ineficientes são os padrões privados.

A relação entre público e privado, no entanto, é muito mais profunda, como revela um olhar sobre a história Ocidental: em nenhum outro período histórico o privado teve precedência sobre o público. Segundo Arendt (2007 [1958]) as esferas privada e pública coexistiam, cada qual com sua função específica na vida humana. Privado, na aceção original da palavra, significa *privar*-se de algo; a “privatividade” do lar era o contraponto a esfera pública, o mundo comum onde todos se expunham – isto era evidente na *res publica* romana. A concepção grega de liberdade significava a supressão das necessidades e a

---

<sup>151</sup> Da perspectiva do capital financeiro, como um todo, Keynes alertara que “à medida que progride a organização dos mercados de investimento, aumenta o risco de um predomínio da especulação. (...) Os especuladores podem não causar dano quando são apenas bolhas numa corrente estável de empreendimento. Mas a situação torna-se grave quando o empreendimento se converte numa série de bolhas no turbilhão especulativo. Quando o desenvolvimento do capital de um país passa a ser um subproduto das atividades de um cassino, a obra sairá provavelmente torta.” (Keynes, 2012 [1936], p. 153).

<sup>152</sup> Fica evidente num contexto histórico onde *espaços públicos virtuais* são controlados por diretorias de grandes corporações – vide a preocupação da chanceler alemã Angela Merkel com a decisão arbitrária de remover o presidente da potência global, Donald Trump, da rede social *Twitter*.

ascensão a esfera pública onde o homem (e exclusivamente o homem) podia realizar-se politicamente<sup>153</sup>.

A dissolução da esfera privada – e transformação em *social*, segundo Arendt – pode ser percebida pela transformação da propriedade imobiliária – a terra ou o lugar do mundo humano pertencente a pessoa – em propriedade mobiliária, de modo que a *propriedade* tornou-se sinônimo de *riqueza* e seu “valor” só pode ser estimado socialmente, através do mercado<sup>154</sup>.

A riqueza social privada emergiu como única preocupação comum (pública, portanto) permanente; como disse Weber (1968 [1923], pp. 304-305): “o Estado procede como se estivesse única e exclusivamente integrado por empresários capitalistas”, de forma que os interesses privados (conflitantes e contraditórios) tomam a esfera pública. Estas transformações históricas coincidem com a formação do mercado interno, isto é, a institucionalização do mercado como forma de organização da economia nacional. Isto explica o fato de a terra, o trabalho e o dinheiro terem-se tornado mercadorias e, conseqüentemente, possuírem um preço que determina sua proporção na relação de troca, e estimam sua riqueza (social). (Polanyi, 2000 [1944]).

Paradoxalmente, o equacionamento da riqueza com o consumo dos marginalistas é igual de tempos antigos, quando a propriedade e a riqueza eram legalmente distintas e o mercado de trocas não desempenhava papel relevante na determinação da riqueza. Toda produção social, distribuição, patrimônio pessoal – para perplexidade de Menger – são estimadas através da moeda. É precisamente esta a forma de riqueza social de uma economia de mercado, e a correta concepção de riqueza.

Como bem aponta Polanyi (2000 [1944]) este tipo de organização econômica só poderia se desenvolver em uma *sociedade de mercado*, isto é, legitimada pelo poder político e pela moralidade. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (p. 77) de modo que “a

---

<sup>153</sup> “Caso o dono de uma propriedade preferisse ampliá-la ao invés de utilizá-la para viver uma vida política, era como se ele espontaneamente sacrificasse a sua liberdade e voluntariamente se tornasse aquilo que o escravo era contra a vontade, ou seja, um escravo da necessidade.” (Arendt, 2007 [1958], p. 75). É, obviamente, outra questão, irrelevante neste contexto, a discussão sobre as condições oligárquicas da democracia grega ou – para fazer um contraponto – da plutocracia norte-americana.

<sup>154</sup> “A dissolução [da esfera privada] e sua transformação em esfera social pode ser perfeitamente observada na crescente transformação da propriedade imóvel em propriedade *móvel*, ao ponto de que a distinção entre *propriedade* e *riqueza*, entre os *fungibiles* e os *consumptibiles* da lei romana, perde toda sua importância, de vez que toda coisa tangível, «fungível» passa a ser objeto de «consumo»; perde seu valor de uso privado, antes determinado por sua localização, e adquire *valor exclusivamente social*, determinado por sua permutabilidade constantemente mutável, cuja própria flutuação só temporariamente pode ser fixada através de uma conexão com o denominador comum do dinheiro.” (Arendt, 2007 [1958], pp. 79-80, sublinhados nossos). A concepção do valor de Arendt é precisamente a de Marshall. Mas interessa observar, neste contexto, o contraste entre a riqueza, no sentido de consumo, e a riqueza como “valor” social.

economia de mercado envolve uma sociedade cujas instituições estão subordinadas as exigências do mecanismo de mercado.” (p. 214).<sup>155</sup>

Da perspectiva económica, a economia de mercado tende, em sua forma capitalista<sup>156</sup>, dado sua dinâmica endógena de acumulação de capital, a expandir a sua fronteira privada de negócios para as funções públicas e intermediar todas as relações sociais – tanto entre sujeito-sujeito como também entre sujeito-objeto.

A economia de mercado é, dessa forma, dirigida pelos preços das mercadorias e deste fato que deriva a ideia de um mercado “auto-regulado”<sup>157</sup>, onde os preços funcionam como um *signal* responsável por orientar a adequada ou *eficiente* alocação dos recursos.

A distribuição é determinada pelos *preços de venda*: juro, aluguel, salários e lucro. Noutro contexto, seria relevante distinguir estas formas de apropriação da produção social em rendimentos (*income*) e renda (*rent*). No atual contexto, importa saber que esta *forma* de “auto-regulação” da produção e da distribuição é peculiar a modernidade e que as delimitações que separavam as esferas pública e privada foram, pelo mesmo fenómeno, deturpadas.

Não é coincidência que a tradição económica – aqui representada pelos clássicos e marginalistas – tenham excluído o público da criação da riqueza. A administração social da economia passou a encarar a gestão da riqueza social privada como função central – devido ao acúmulo de poder correlato.

Entretanto, de um ponto de vista da produção social, e como sugerem as evidências históricas, equacionar o valor ao setor produtivo privado, abstraindo-o das condições institucionais que permitem e, dependendo das circunstâncias, até *ampliam* seu funcionamento é um exercício ilegítimo<sup>158</sup>.

---

<sup>155</sup> Inclusive, é cabível destacar que em *Teoria dos Sentimentos Morais*, Adam Smith fundamenta a ética sob a qual a economia de mercado repousaria. Quando o autor se refere ao interesse próprio, este é idealmente limitado por esta conceção moral - que, aliás, tem suas raízes no puritanismo, como Weber (1985 [1905]) destaca. Em *A Riqueza das Nações* são diversos os momentos em que Smith (1996 [1776]) expõe essa percepção, como quando condena a organização sorradeira dos capitalistas e, por outro lado, a leviandade de tratamento para com os trabalhadores cuja organização era formalmente proibida. Em nenhum momento Smith deixou de condenar a situação deplorável dos paupérrimos e dos trabalhadores de seu tempo.

<sup>156</sup> Em Polanyi, economia de mercado e capitalismo são sinónimos. Prefere-se utilizar o capitalismo como uma forma de economia de mercado para se evitar más interpretações no sentido de que os mercados sejam peculiares ao capitalismo. Polanyi chama isto de padrão de mercado.

<sup>157</sup> “A auto-regulação significa que toda a produção é para venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas.” (Polanyi, 2000 [1944], p. 90).

<sup>158</sup> Tal abordagem pode ser vista em Ricardo (1996 [1817]) quando demonstra as leis que regem as relações de produção e distribuição e somente depois inclui a tributação, podendo assim, mostrar como seria o movimento “natural” ou em sua forma “pura” e como é após a incidência do imposto. Por que os impostos são considerados *exógenos* se o desenvolvimento das forças produtivas está, historicamente, atrelado ao espaço político por ele engendrado?

## 6. Conclusões

Considerando-se o valor económico como fonte da riqueza (tal como fizeram os clássicos), se percebe, através do exame das formas de distribuição da produção social, que o valor económico não é igual ao preço. O mais-valor, isto é, a criação de valor – e, por extensão, de riqueza – torna-se, por sua vez, um conceito teórico fundamental e está atrelado a produção de mercadorias (como corroborado por ambas teorias do valor), de modo que o progresso técnico-científico é o que *permite* o movimento de expansão de valor do capital (obtenção de mais riqueza).

As mercadorias são todos bens e serviços, tangíveis e intangíveis, que são trocados através do processo de compra e venda<sup>159</sup>. Toda mercadoria tem preço; mas, enquanto todo valor, no sentido de fonte de riqueza, recebe um preço e, se realizada a troca, realiza este preço (torna-se dinheiro) existem mercadorias que têm preço sem ter valor. Estas mercadorias são confrontadas contra o dinheiro que funciona como medida (unidade de conta) e, após a troca, como *riqueza líquida*.

Assim como a troca interna às comunidades não se generalizou “por contágio”, a partir da evolução da troca externa<sup>160</sup>, o valor “não evoluiu do único padrão de medida possível nas trocas diretas” (trabalho). Sem as *transformações políticas e morais* que engendraram a instituição do mercado interno e a modificação da propriedade e da riqueza, a economia não seria organizada pela esfera da circulação das mercadorias.

Conforme Roesler (1868, p. 272 *et. seqs.*, 406 *et. seqs.* como referido em Menger, 1988 [1871], p. 74) “a costumeira distinção entre o valor de uso e o valor de troca é incorreta, não sendo possível, de maneira absoluta, estabelecer uma relação necessária entre o conceito de valor e o fator ‘utilidade’ das coisas.” O autor está correto: utilidade e valor de uso não são necessariamente equivalentes. Esta associação também permitiu a obliteração teórico-metodológica marginalista, pois, realmente, parece haver uma questão não explorada, ou seja, a satisfação dos desejos e necessidades por intermédio das coisas úteis.

Numa sociedade de consumo de massas – em que as informações mais íntimas são recolhidas ininterruptamente –, é fácil perceber que o fator de “utilidade” das coisas contribui para que o consumismo e o capitalismo – com sua capacidade de produção de objetos superior a qualquer organização económica da história humana – sejam legitimados; pois o consumo não é encarado como um fato social, mas antes como um fato

---

<sup>159</sup> E o fato de a Amazon ter valor enquanto a Amazônia não tem é, obviamente, o fato de que a riqueza social é determinada conforme seu apreço no mercado. Até a Amazônia não ser transformada em mercadoria, ela não tem valor. O fato disso influenciar a consciência social é um sintoma – que Carney (2021) demonstra – dos valores humanos estarem imbuídos pelos valores de mercado.

<sup>160</sup> “Uma separação tão constante entre o comércio local e de longa distância dentro da organização da cidade deve parecer mais um choque para o evolucionista, para quem as coisas sempre parecem se imiscuir facilmente umas nas outras. E, no entanto, este fato peculiar constitui a chave da história social da vida urbana na Europa Ocidental.” (Polanyi, 2000 [1944], p. 84).

subjetivo, isto é, na avaliação das pessoas sobre o usufruto que obterão na relação de consumo. É óbvio que os consumidores avaliam as mercadorias pelos seus preços; mas isto não significa que eles sejam orientados exclusivamente por fim económicos referentes a desejos e necessidades.

Marx (2017 [1890]), entretanto não está equivocado quando afirma que, numa *sociedade de produtores de mercadorias*, o *valor de troca* intermedia predominantemente as relações sociais<sup>161</sup>; pois, como interpreta Arendt, a emergência da riqueza da esfera privada como social coincide com a dissolução dos “valores de uso privados” e ascensão do “valor exclusivamente social”<sup>162</sup> – por isso, concorda com Marshall que “valor” é valor de troca, dado este “valor social” ser estimado no mercado de trocas.

O paradoxal, não para ele próprio, é que Marx, a despeito de compreender que o valor somente se manifesta em uma relação social<sup>163</sup>, assumiu a premissa de que a fonte da riqueza se encontra no sujeito, cuja propriedade é a força de trabalho. Obviamente, como fator de produção, por excelência, o trabalho cumpre importante papel na produção. Mas é apenas parte integrante de uma realidade ampla.

Para precisar os conceitos pode-se dizer que *valor social* é o equivalente a *riqueza social* e o valor económico é a fonte de onde brotam as mercadorias que adquirem valor social. Nem todo valor social possui valor económico; por outro lado, sem se transformar em valor social o valor económico deixa de existir. Isto explica porque algumas mercadorias têm preço (a estimativa em dinheiro do valor social) e não tem valor económico.

A criação do valor, portanto, é estéril sem que a riqueza social se mantenha instituída, ou seja, a riqueza depende do arcabouço institucional. Neste sentido, prossegue-se com Roesler: “o conceito de ‘valor’ é sempre uniforme, designado a característica de riqueza das coisas, concretizando-se por meio das disposições jurídicas sobre a riqueza.” (sublinhados do autor). Se por disposições jurídicas ele dá o mesmo sentido que se utiliza para arcabouço institucional pode-se concordar com o autor; porém ele deixa de distinguir valor de valor económico.

O mercado – espaço de compra e venda de mercadorias – e a moeda (estatal) – denominador comum, das trocas, contratos e pagamentos – são interdependentes e ambos são instituições políticas; ademais, Polanyi já havia alertado para o problema, na teoria monetária, da dissociação entre a economia e a política.

---

<sup>161</sup> O que explica a categoria de *fetichismo da mercadoria* – isto é, as relações sociais de produção são mascaradas pelas mercadorias, que se lhe apresenta apenas como produto acabado – ser tão realista.

<sup>162</sup> Desta perspectiva, infere-se que as questões levantadas por Carney (2021) – de que “*it is possible that rising market supremacy has begun to squeeze out, corrode or (in the words of Pope Francis) distil broader values*” (p.145) – são estreitamente correlatas aos valores sociais serem avaliados monetariamente.

<sup>163</sup> “Ninguém, como insistia Marx, visto «em seu isolamento produz valores»; e poderia ter acrescentado: ninguém, em seu isolamento, se preocupa com eles. As coisas, as ideias, ou os ideais morais «só se tornam valores em sua relação social». ” (Marx-Engels, 1933, p. 689 como referido em Arendt, 2007 [1958], p. 178).

Se a origem do dinheiro é desvinculada da mercadoria-dinheiro, como no exemplo da Mesopotâmia de Hudson (2018), fica mais palatável percebê-lo como uma *instituição* que funcionava como meio de pagamento e, por conseguinte, como *unidade de medida*, dependente do poder político.

A riqueza social é produto da modernidade e está *radicada* na propriedade mobiliária (ativos), por isso a moeda é corretamente designada como *riqueza líquida*, por ser o ativo com a maior liquidez (Keynes, 2012 [1936])<sup>164</sup>.

Ademais, o estudo da formação dos preços – que expressam os valores sociais e designam a parte da produção social a cada “comerciante” (para fazer referência a Smith) que compõe a sociedade de mercado – para além da dinâmica de oferta e procura pode fornecer respostas sobre *quem* orienta a “auto-regulação”; devem ser avaliados através da denominação monetária (juros e câmbio), nível de comércio (internacional, nacional ou local), nível de concorrência no setor, característica do produto – intermediário ou acabado –, elasticidade do produto acabado, preços de mercadorias padronizadas (*standartizadas*) em mercados financeiros internacional, etc.

Igualmente importantes são as determinações dos trabalhos produtivo e improdutivo e as atividades que estimulam a criação de valor económico indiretamente também. Mazzucato (2018) faz sua reflexão sobre o valor a partir da criação e extração de rendimentos, de onde conclui que – devido a uma apropriação do setor privado de inovações financiadas pelo setor público – há uma *cocriação* de valor entre setor público e setor privado. Mazzucato não possui uma tese sobre a natureza do valor, mas percebe que indiretamente o setor privado se apropria de parte do valor gerado no setor público.

Por fim, a discussão não teve a pretensão de esgotar a temática e propor uma alternativa, apenas, a partir dos questionamentos relevantes dos fundamentos e evidências históricas, propôs uma *sugestão* – incipiente. Este tratado demonstrou, condizente com sua proposta de pesquisa, a necessidade – por meio do conteúdo, em si, mas também da discussão metodológica – de se discutir os fundamentos da economia. Isto serve de base se se quiser pensar numa formulação de um *New Economic Thinking*, o qual se aproprie do distanciamento histórico para conseguir desenvolver uma teoria económica capaz de explicar a realidade económico-social, isto é, *não-hipotética* – que, por sua vez, apresenta uma complexidade muito mais que da época dos economistas clássicos.

As implicações da teoria económica são sentidas, não somente pelo espectro intelectual do pensamento económico, como também a vida prática de inúmeras pessoas, ao servir de referência tanto as decisões do poder político sobre a organização da vida social

---

<sup>164</sup> No mesmo sentido, o Tesouro americano consegue financiar sua moeda sendo o ativo líquido do sistema monetário internacional – compondo a maior parte das reservas dos Bancos Centrais.

e material, sobretudo no caso das políticas económicas, mas também à conceção moral, de instrumento ideológico aos conflitos de interesses.

## 7. Bibliografia

Aristóteles (2005). *A Política*. (N. S. Chaves, Trad.). São Paulo: Editora Escala.

Arendt H. (2007) [1958]. *A condição humana*. (10<sup>a</sup> ed) (R. Raposo, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Carney, M. (2021). *Values(s): Building a Better World for All*. Toronto: Penguin Random House Canada Limited.

Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. (Silvana F. Foál, Trad.). São Paulo: Xamã.

Fiori, J. L. (2004). Formação, expansão e limites do poder global. In: Fiori, J. L. (Org.). *O poder americano* (pp. 11-64). Petrópolis: Vozes.

Fucidji, J. R. (2012). *Realismo crítico e teoria econômica: quatro ensaios sobre metodologia econômica* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285866>.

Gleiser, M. (1997). *A Dança do Universo: dos Mitos de Criação ao Big-Bang*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Hudson, M. (2018). *Origins of Money and Interest: Palatial Credit, not Barter*. Disponível em: <https://michael-hudson.com/2018/04/palatial-credit-origins-of-money-and-interest/>.

\_\_\_\_\_. (2019). “Creating Wealth” Through Debt: the West’s Finance-Capitalism Road. *World Review of Political Economy*, 10, (2), 171-190. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/10.13169/worlrevipoliecon.10.2.0171.pdf>.

Jevons, W. S. (1988) [1879]. *A Teoria da Economia Política*. (3<sup>a</sup> ed) (C. L. de Moraes, Trad.). (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural.

Kalecki, M. (1977) [1954]. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. (P. de Almeida, Trad.). São Paulo: Nova Cultural.

Keynes, J. M. (2012) [1936]. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. (M. Resende, Trad.). São Paulo: Editora Saraiva.

Kurz, H. (2016). *Economic Thought: A Brief History*. New York: Columbia University Press.

Marshall, A. (1985) [1890]. *Princípios de Economia: Tratado Introdutório*. (2<sup>a</sup> ed) (Vol. I) (R. Almeida e O. Struch, Trad.). (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural.

Marx, K. (1979) [1857]. *Para uma crítica de Economia Política*. (O. Beckerman, Trad.). São Paulo: Parma.

\_\_\_\_\_. (2017) [1890]. *O Capital: Crítica da Economia Política*. (35<sup>a</sup> ed) (Vol. I) (R. Sant’Anna, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_, & Engels, F. (1998) [1848]. *Manifesto Comunista*. (A. Pina, Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial.

- Mazzucato, M. (2018). *The Value of Everithing: Making and Taking in the Global Economy*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/385317658/Mariana-Mazzucato-The-Value-of-Everything-Making-and-Taking-in-the-Global-Economy-2018-Penguin>.
- Menger, C. (1988) [1871]. *Princípios de Economia Política*. (3ª ed) (L. J. Baraúna, Trad.). São Paulo: Nova Cultural.
- Mello, G. S., Rossi, P., & Chiliatto-Leite, M. V. (2011). A quarta dimensão: os derivativos e, um capitalismo financeirizado. In ANPEC. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-7b4fa6a40505548767f5c8df212doe4f.pdf>
- Paulani, L. (2020). *O que é a ciência econômica?* Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/o-que-e-a-ciencia-economica/#\\_edn3](https://aterraeredonda.com.br/o-que-e-a-ciencia-economica/#_edn3).
- Peukert, A. (2017). Intellectual property and development - narratives and their empirical validity. *The Journal of World Intellectual Property*, 20, (1-2), 2-23. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jwip.12072>.
- Polanyi, K. (2000) [1944]. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época*. (2ª ed) (F. Wrobel, Trad.). Rio de Janeiro: Campus.
- Ricardo, D. (1996) [1817]. *Princípios de Economia Política e Tributação*. (4ª ed) (P. H. R. Sandroni, Trad.). (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural.
- Robeyns, I. (2013). *Economics as a Moral Science*. Disponível em: <https://crookedtimber.org/2013/10/31/economics-as-a-moral-science/>.
- Rothbard, M. N. (2015). O brilhantismo de Turgot – Parte 1. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, 3, (1), 187-197. Disponível em: <https://www.revistamises.org.br/misesjournal/article/download/731/421/>.
- Schumpeter, J. A. (1984) [1942]. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. (S. G. de Paula, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (1997) [1926]. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e Ciclo Econômico*. (4ª ed) (M. S. Possas, Trad.). (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural.
- Smith, A. (1996) [1776]. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. (4ª ed) (L. J. Baraúna, Trad.). (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural.
- Weber, M. (1985) [1905]. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. (4ª ed) (M. Irene de Q, F. Szmrecsanyi, Tomas J. M. K., Trad.). São Paulo: Livraria Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1968) [1923]. A Origem do Capitalismo Moderno. In: Weber, M. *História Geral da Economia* (pp. 249-321). (C. A. Pajuaba, Trad.). São Paulo: Mestre Jou.
- \_\_\_\_\_. (1991) [1922]. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: Weber, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. (5ª ed) (Vol. I) (R. Barbosa e K. E. Barbosa, Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.